

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E DOCTRINA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

CAP QOBM/Comb. FÁBIO EDUARDO MATOS LOPES



**VIABILIDADE DA ATUAÇÃO DO CBMDF NO RESGATE DE FAUNA
VERTEBRADA SILVESTRE: DIAGNÓSTICO OPERACIONAL E
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO.**

**BRASÍLIA
2026**

CAP QOBM/Comb. **FÁBIO EDUARDO** MATOS LOPES

**VIABILIDADE DA ATUAÇÃO DO CBMDF NO RESGATE DE FAUNA
VERTEBRADA SILVESTRE: DIAGNÓSTICO OPERACIONAL E
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO.**

Artigo científico apresentado ao Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina como requisito para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Orientador: Tenente-Coronel QOBM/Comb. LUIZ HENRIQUE **ROSSI** SANTIAGO

BRASÍLIA
2026

CAP QOBM/Comb. **FÁBIO EDUARDO MATOS LOPES**

**VIABILIDADE DA ATUAÇÃO DO CBMDF NO RESGATE DE FAUNA
VERTEBRADA SILVESTRE: DIAGNÓSTICO OPERACIONAL E PROPOSTA DE
IMPLANTAÇÃO.**

Artigo científico apresentado ao Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina como requisito para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

JOSÉ GENILSON DOS SANTOS – Cel QOBM/Comb.
Presidente

ANTÔNIO PEDRO DIEL BASTOS DE SOUZA – Ten-Cel QOBM/Comb.
Membro

EMÍLIA BERNARDES DA SILVA – Ten-Cel RRm.
Membro

LUIZ HENRIQUE ROSSI SANTIAGO – Ten-Cel QOBM/Comb.
Orientador

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO

AUTOR: Cap. QOBM/Comb. Fábio Eduardo Matos Lopes

TÍTULO: VIABILIDADE DA ATUAÇÃO DO CBMDF NO RESGATE DE FAUNA VERTEBRADA SILVESTRE: DIAGNÓSTICO OPERACIONAL E PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO.

DATA DE DEFESA: 25/02/2025.

Acesso ao documento		
☒ Texto completo	☐ Texto parcial	☐ Apenas metadados
Em caso de autorização parcial, especificar a(s) parte(s) que deverá(ão) ser disponibilizadas:		

Licença
DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA O referido autor: a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade. b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder ao CBMDF os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue. Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o CBMDF, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo. LICENÇA DE DIREITO AUTORAL Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca da Academia de Bombeiro Militar disponibilizar meu trabalho por meio da Biblioteca Digital do CBMDF, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Fábio Eduardo Matos Lopes

Cap. QOBM/Comb.

VIABILIDADE DA ATUAÇÃO DO CBMDF NO RESGATE DE FAUNA VERTEBRADA SILVESTRE: DIAGNÓSTICO OPERACIONAL E PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO

Este estudo avaliou a viabilidade de o CBMDF estruturar um serviço permanente de manejo e resgate de fauna vertebrada silvestre no DF, utilizando como base empírica o Projeto Piloto conduzido pelo 13º GBM entre agosto e outubro de 2025. Adotou-se um estudo de caso, com abordagem quantitativa e qualitativa, a partir de formulários eletrônicos padronizados preenchidos após cada atendimento, registros operacionais e observação direta. Os dados foram tratados por estatística descritiva, visando caracterizar o perfil dos atendimentos, a distribuição espacial, o tempo total de atuação e os fluxos de destinação. Os resultados indicaram cobertura em 26 RAs, com concentração em áreas próximas ao 13º GBM, sugerindo adesão desigual do modelo entre unidades e impactando a leitura dos tempos operacionais. O HFAUS foi o principal destino (45,4%), em função de sua disponibilidade contínua, consolidando-se como eixo logístico do sistema e apontando implicações de fluxo, logística e carga de trabalho para a rede de destinação. O tempo médio total de atuação foi de aproximadamente 72,5 minutos, influenciado pela distribuição geográfica das chamadas e pelo deslocamento. A sazonalidade observada nos dados do BPMA/PMDF em 2025 reforçou o aumento de demanda no período seco, sugerindo necessidade de capacidade institucional contínua. Conclui-se que a implantação permanente é viável, desde que sejam assegurados requisitos mínimos como doutrina e critérios de acionamento, capacitação específica, padronização de materiais e equipamentos, formalização dos fluxos de destinação e gestão contínua das informações operacionais para monitoramento e aperfeiçoamento do serviço.

Palavras-chave: Fauna; fauna vertebrada silvestre; manejo e resgate; projeto piloto; resgate de fauna.

FEASIBILITY OF CBMDF OPERATIONS IN WILD VERTEBRATE FAUNA RESCUE: OPERATIONAL DIAGNOSIS AND IMPLEMENTATION PROPOSAL

This study assessed the feasibility of establishing a permanent CBMDF service for handling and rescuing wild vertebrate fauna in the Federal District, using empirical evidence from a pilot project carried out by the 13° GBM between August and October 2025. A case-study design with quantitative and qualitative components was adopted, based on standardized electronic forms completed after each response, operational records, and direct observation. Data were processed through descriptive statistics to characterize incident volume, spatial distribution, total operation time, and destination pathways, and were interpreted in light of operational requirements. The responses covered 26 Administrative Regions, with a clear concentration near the 13° GBM, indicating unequal diffusion of the model across units and highlighting organizational constraints inherent to the pilot. HFAUS was the main destination (45.4%), reflecting its 24/7 availability and its central role in the logistics of animal intake and referral. The mean total operation time was approximately 72.5 minutes, strongly influenced by travel distance and the geographic pattern of calls. Seasonality patterns observed in BPMA/PMDF data for 2025 supported the increase in demand during the dry season. Overall, the findings indicate that permanent implementation is feasible, provided that minimum requirements are simultaneously ensured, including operational doctrine, targeted training, standardized equipment, formal destination flows, and continuous data management to support monitoring, risk mitigation, and service improvement. These elements reduce ad hoc decision-making and improve team and animal safety.

Keywords: Fauna; wild vertebrate fauna; handling and rescue; pilot project; wildlife rescue.

1. INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) exerce papel essencial na segurança pública e na defesa civil. Suas atribuições vão além do combate a incêndios e da resposta a desastres, incluindo também a preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente. Apesar dessa missão abrangente, a atuação em ocorrências envolvendo fauna ainda apresenta fragilidades relacionadas a técnicas, capacitação e equipamentos. No entanto, o principal obstáculo é a ausência de registros sistematizados e consistentes, que permitam compreender com precisão como essa demanda se manifesta e quais requisitos são realmente necessários para uma resposta segura e permanente.

Este estudo delimita-se ao atendimento de ocorrências com fauna vertebrada silvestre, compreendendo aves, mamíferos e répteis, excluindo animais domésticos (como cães e gatos) e invertebrados (como abelhas e vespas). Embora exista Procedimento Operacional Padrão (POP) voltado à captura de animais silvestres, a consolidação de um atendimento permanente ainda é limitada pela falta de registros padronizados.

Sem dados consistentes como: tipo de animal, local do atendimento, estado de saúde, tempo total de atuação e destinação, torna-se difícil mensurar a demanda e os riscos reais, planejar recursos, dimensionar capacitação e aprimorar procedimentos com base em evidências. Na prática, isso afeta a segurança das guarnições, a eficiência do atendimento e a articulação com os órgãos responsáveis pela triagem, tratamento e soltura, mantendo respostas mais heterogêneas do que o desejável.

Diante desse cenário, este trabalho concebe um Projeto Piloto executado no 13º Grupamento de Bombeiro Militar (13º GBM) como eixo empírico para organizar o problema e produzir evidências operacionais.

A pergunta central que orienta o estudo é: quais são os requisitos operacionais, estruturais e técnicos necessários para que o CBMDF atue de forma permanente no atendimento de ocorrências de manejo e resgate de fauna vertebrada silvestre?

O objetivo geral é identificar esses requisitos mínimos para uma atuação permanente e segura. Como objetivos específicos, busca-se: apresentar os

dispositivos legais e normas institucionais que fundamentam essa necessidade; descrever o projeto piloto e seu método de coleta; identificar, a partir dos dados, os requisitos de materiais/equipamentos e de capacitação; e avaliar a viabilidade de implantação permanente do serviço, considerando os resultados do projeto piloto e dados comparativos da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

A relevância da pesquisa está em oferecer soluções práticas para uma lacuna institucional ainda não resolvida, contribuindo para a proteção da biodiversidade, para a segurança das guarnições e para o fortalecimento da imagem do CBMDF como agente de preservação ambiental, com base em evidências operacionais e em propostas aplicáveis à realidade da corporação.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Base legal

A Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 225, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, atribuindo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O §1º, inciso VII, reforça essa obrigação ao determinar a proteção da fauna e da flora, vedando práticas que comprometam sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais à crueldade.

No âmbito distrital, a Lei nº 8.255/1991 atribui ao CBMDF a missão de atuar em sinistros que representem risco à vida ou ameaça de destruição de bens, além de proteger pessoas e patrimônios públicos e privados. Ao analisar essa norma, Cota (2012) defende que a noção de “bens” deve ser interpretada de forma ampla, abarcando também o patrimônio ambiental, o que legitima a atuação da corporação em ocorrências envolvendo fauna silvestre.

Esse entendimento foi consolidado com a Lei nº 12.086/2009, que alterou a Lei nº 8.255/1991 ao criar a “Unidade de Proteção Ambiental”, incumbida não apenas do combate a incêndios florestais, mas também das “demais ações de proteção ao meio ambiente”. Como observa Macário (2023), essa redação ampliou juridicamente o escopo de atuação do CBMDF, tornando inequívoca sua responsabilidade no resgate de animais silvestres em situações de risco.

O Decreto nº 31.817/2010 reforçou a dimensão ambiental na estrutura do CBMDF. Seu artigo 26 atribuiu aos Grupamentos de Bombeiro de Multiemprego atividades de proteção ambiental, enquanto o artigo 31 conferiu ao Grupamento de Proteção Ambiental (GPRAM) a responsabilidade de desenvolver programas e executar ações específicas voltadas à defesa da fauna e da flora. Diógenes (2018), ao interpretar esse marco normativo, conclui que a corporação não apenas tem respaldo jurídico, mas é obrigada a incluir o resgate de fauna entre suas missões operacionais. Para o autor, a omissão nessa área configuraria falha no cumprimento da missão institucional de preservação da incolumidade das pessoas, dos bens e do patrimônio ambiental.

Esse respaldo jurídico e institucional não é meramente declaratório: ele se materializa no cotidiano operacional do CBMDF, como se descreve a seguir.

2.2. Resgate de fauna no CBMDF

O resgate de fauna é a atividade de recolher e manejar animais silvestres em situações de risco. Ele ocorre quando esses animais estão ameaçados, feridos, ou em contato com a população humana. A finalidade é dupla: proteger o animal e reduzir riscos às pessoas envolvidas. Essa prática tornou-se cada vez mais comum em áreas urbanas, onde a expansão das cidades e os incêndios florestais aproximam a fauna dos centros habitados (WWF-Brasil, 2020).

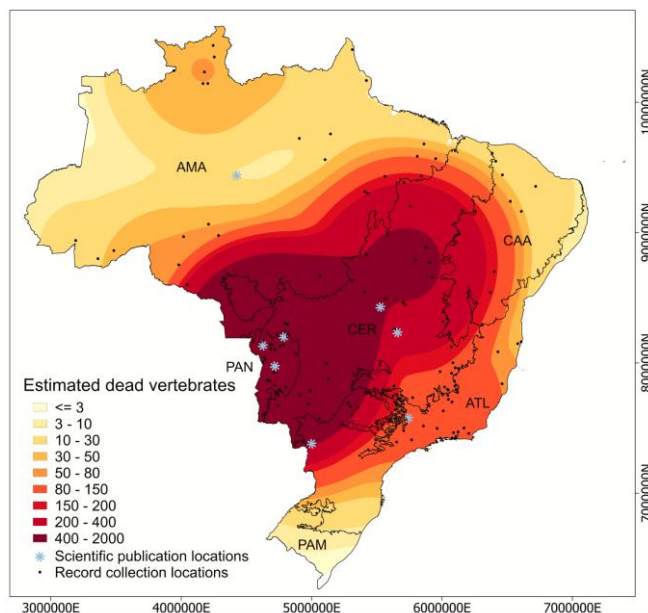
O CBMDF atende a ocorrências que envolvem serpentes, aves e pequenos mamíferos. Entretanto, pesquisas apontam falhas na padronização de técnicas, na capacitação dos militares e na disponibilidade de equipamentos adequados (Cota, 2012; Batista, 2020; Macário, 2023). Para reduzir essas lacunas, a corporação publicou em 2021 um POP específico para captura de animais silvestres. O documento orienta as ações de resgate, define fases de atendimento e descreve os equipamentos básicos necessários, como ganchos, puçás, cambões e caixas de transporte (CBMDF, 2021).

A efetividade do resgate de fauna depende do contexto ecológico em que ocorre. No Cerrado, a relação entre fogo e fauna altera volume, perfil e complexidade das ocorrências, sobretudo na estação seca.

2.3. Interações entre fogo e fauna vertebrada

No Cerrado, os incêndios florestais provocam efeitos diretos e indiretos sobre a fauna. Parte dos animais pode morrer queimado ou por inalação de fumaça, especialmente os filhotes e espécies menos móveis (Carvalho *et al.*, 2025; Pereira *et al.*, 2025b). Outros sofrem de forma indireta, pela perda de abrigo e alimento, o que leva ao estresse populacional e ao deslocamento para novas áreas (Magioli *et al.*, 2024). Em alguns casos, queimadas de baixa intensidade permitem regeneração rápida da vegetação e atraem espécies, porém incêndios mais intensos e frequentes reduzem diversidade e abundância (Durigan *et al.*, 2020).

Figura 1 - Distribuição espacial da mortalidade direta de vertebrados causada por incêndios no Brasil



Fonte: adaptado de Pereira, Torres e Berlinck (2025a)

A Figura 1 ilustra a distribuição espacial da mortalidade direta de vertebrados associada ao fogo no Brasil, com destaque para o Cerrado, onde se concentram a maior parte dos registros (Pereira *et al.*, 2025b).

Em 2024, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) registrou mais de 25.200 animais resgatados no Brasil, cerca de um quarto desses atendimentos aconteceram em setembro e outubro, meses de maior número de queimadas. Nesse mesmo período crítico, foram 1.071 animais atendidos no DF (IBAMA, 2025). Esse dado mostra que a concentração de ocorrências ocorre no período de estiagem do ano.

Considerados os impactos do fogo sobre os animais, torna-se necessário compreender de que forma a fauna resgatada pode ser destinada no DF. Ressalta-se que essa rede não contempla o atendimento a animais domésticos (Brito, 2023).

2.4. Destinação da fauna silvestre no DF

No DF, os animais silvestres resgatados podem ter cinco destinações principais:

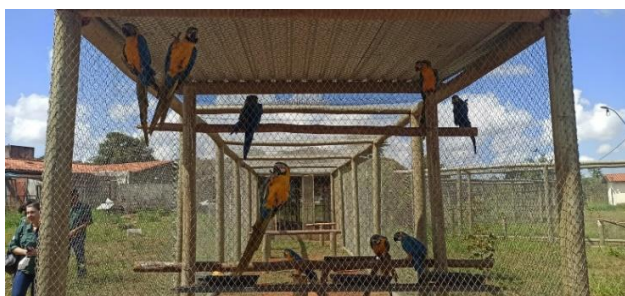
2.4.1. Soltura em ambiente natural

Prioridade quando o animal apresenta boas condições de saúde, conforme previsto na Instrução Normativa nº 5/2021 (Brasil, 2021), preferencialmente em Área de Soltura de Animais Silvestres (ASAS) autorizadas.

2.4.2. CETAS

Unidade de referência nacional sob responsabilidade do IBAMA, o Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) é responsável pela triagem, avaliação clínica e definição do destino dos animais (Brasil, 2021).

Figura 2 - Viveiro de aves no CETAS-DF



Fonte: Agência Brasília (2022).

2.4.3. HFAUS

Inaugurado em 2024, o Hospital Veterinário de Animais Silvestres (HFAUS) é vinculado ao Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e atendeu milhares de animais em seu primeiro ano. Tem foco no atendimento a animais feridos e se adequa bem aos

serviços do CBMDF, por funcionar de forma ininterrupta (IBRAM, 2024; Correio da Manhã, 2025).

Figura 3 - Entrega de Bacurau ferido no HFAUS



Fonte: O autor.

2.4.4. HVET/UNB

O Hospital Veterinário da Universidade de Brasília (HVET/UNB) recebe animais feridos em horários determinados, destacando-se a parceria histórica com o CETAS/DF, órgão que em 2018 destinou mais de mil indivíduos para atendimento clínico especializado (Cunha *et al.*, 2022).

2.4.5. FJZB

A partir de contato prévio, é possível que a Fundação Jardim Zoológico de Brasília (FJZB) receba espécimes silvestres. Em 2022, uma reportagem demonstrou que 70% dos animais mantidos na fundação eram oriundos de resgates (Metrópoles, 2022).

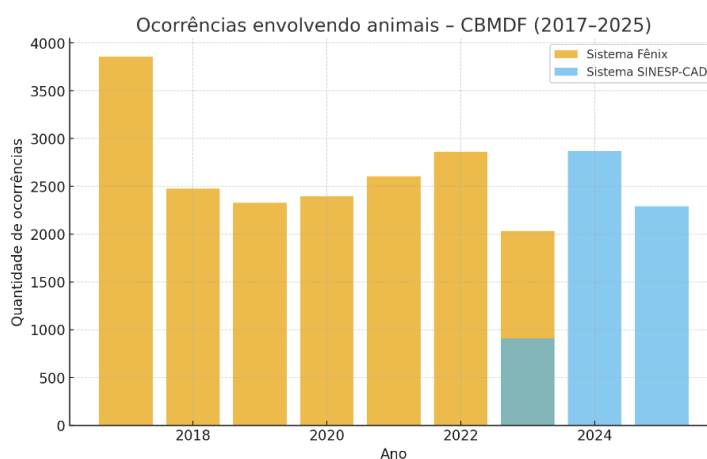
Embora exista uma rede de instituições de apoio à destinação, o planejamento do serviço permanece prejudicado pela falta de dados específicos e confiáveis sobre as ocorrências registradas. Essa limitação configura a principal lacuna para a consolidação do atendimento.

2.5. Lacuna estatística

Embora o CBMDF disponha de sistemas de registro de ocorrências, pelo sistema Fênix (até agosto de 2023) e, posteriormente, o SINESP-CAD (Sistema de atendimento e despacho de ocorrências do Ministério da Justiça), as categorias utilizadas para classificar atendimentos envolvendo animais permanecem genéricas, restringindo-se a termos como: “animal em situação de risco”, “salvamento de animais” ou “remoção ou extermínio de animais”.

Essas naturezas abrangem desde ocorrências com animais domésticos, como cães e gatos, até atendimentos a invertebrados, como abelhas e vespas, sem distinção adequada daqueles casos que envolvem fauna vertebrada silvestre (Figura 4).

Figura 4 - Ocorrências envolvendo animais



Fonte: CBMDF (2025)

A única possibilidade de diferenciação estaria no campo de descritivo livre de cada ocorrência. Contudo, esse campo é de difícil análise, o que inviabiliza a consolidação de estatísticas confiáveis. Dessa forma, os dados corporativos disponíveis atualmente não permitem mensurar com precisão a real quantidade de resgates de fauna vertebrada silvestre realizados pela corporação (CBMDF, 2025).

Figura 5 - Mico resgatado com queimaduras durante incêndio florestal no DF



Fonte: O autor.

O panorama normativo e a produção acadêmica evidenciam que o CBMDF tem respaldo jurídico e condições institucionais para realizar o resgate de fauna silvestre. Entretanto, a ausência de dados específicos sobre fauna vertebrada silvestre, em razão de registros genéricos e pouco detalhados, impede conhecer a real dimensão dessa demanda. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de um projeto piloto que permita gerar dados consistentes e avaliar a viabilidade de implantação do serviço.

3. METODOLOGIA

3.1. Natureza e abordagem da pesquisa

A presente investigação caracteriza-se como pesquisa aplicada, uma vez que busca propor soluções práticas para um problema identificado no âmbito da Corporação. A estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso, centrado no 13º Grupamento de Bombeiro Militar (13º GBM), unidade designada para a execução do Projeto Piloto de Resgate de Fauna Vertebrada Silvestre. A abordagem foi mista,

contemplando procedimentos quantitativos e qualitativos. O recorte temporal corresponde ao período de agosto a outubro de 2025, coincidente com a vigência do piloto.

Cumprir destacar que a metodologia aqui delineada foi construída sobre a base legal e normativa já apresentada no referencial teórico, essa base fundamenta a atuação do CBMDF na temática ambiental. A seguir, descrevem-se os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados empíricos no âmbito do Projeto Piloto.

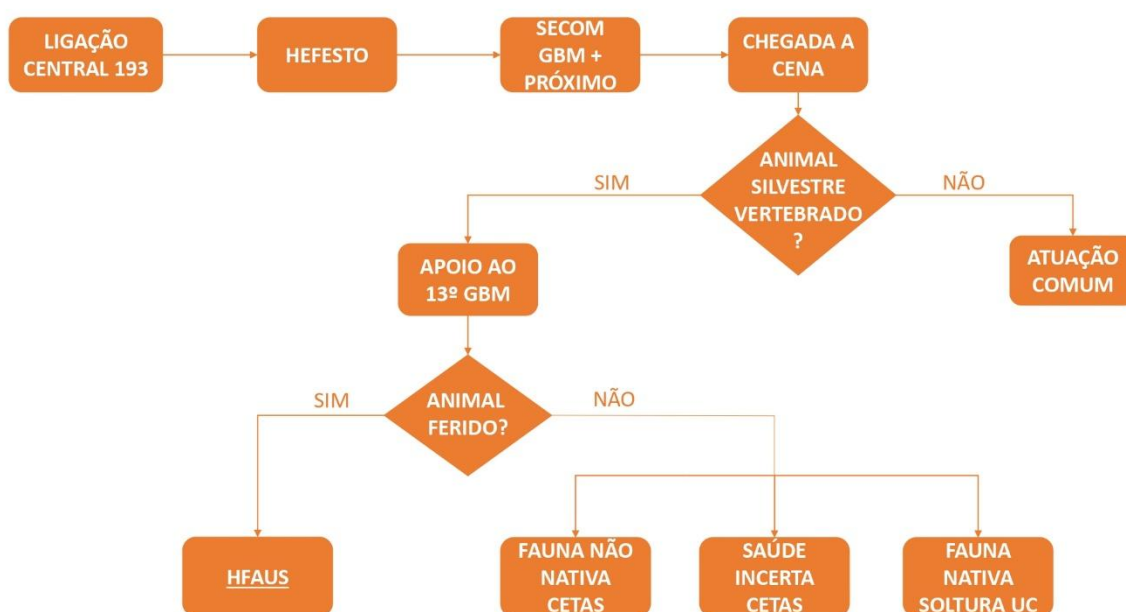
3.2. Estruturação do Projeto Piloto

O instrumento metodológico central deste trabalho foi o Projeto Piloto de Resgate de Fauna Vertebrada Silvestre, concebido pelo autor e publicado no Boletim Geral nº 144/2025 (Apêndice A), o que lhe conferiu publicidade institucional e validade normativa. O piloto estabeleceu condições mínimas para a execução do serviço, fixando parâmetros relativos à conformação da guarnição, ao tipo de viatura, aos materiais empregados, ao uniforme autorizado, aos fluxos de destinação dos animais manejados e à obrigatoriedade de registros padronizados.

- a. Escopo e exclusões. O piloto não abrangia animais domésticos nem procedimentos alheios ao resgate de fauna vertebrada silvestre, assegurando foco operacional e consistência dos dados.
- b. Componente humano. Definiu-se efetivo mínimo de guarnição para cada saída, assegurando redundância de segurança e capacidade de contenção/triagem.
- c. Uniforme e biossegurança. Foram especificados uniforme e Equipamentos de proteção individual (EPIs) a serem utilizados durante o atendimento (luvas adequadas, proteção ocular, proteção de membros, dentre outros), com vistas à proteção da equipe e à redução de estresse nos animais.
- d. Viatura e materiais. Estabeleceu-se o tipo de viatura e o kit mínimo de materiais (ex.: equipamentos de captura e contenção, caixas de transporte adequadas, itens de apoio), padronizados para pronta resposta.

- e. Fluxo operacional mínimo. O Boletim Geral (BG) definiu um fluxo de atendimento (da comunicação inicial à destinação final do animal resgatado), contemplando avaliação de risco, contenção segura, acondicionamento, registro e encaminhamento. A Figura 6 apresenta o fluxo resumido que uma ocorrência de resgate de fauna deveria seguir dentro do escopo do projeto piloto.

Figura 6 - Fluxo resumido de ocorrência do Projeto Piloto de Resgate de Fauna Vertebrada Silvestre



Fonte: O autor.

- f. Registro padronizado. Após cada ocorrência, os militares preencheram formulário eletrônico padronizado (Apêndice B), registrando variáveis operacionais e de desfecho. Esse instrumento é a base do componente quantitativo deste estudo e fundamenta as análises descritivas subsequentes. Em complemento, ao final do projeto piloto, todos os militares envolvidos responderam um formulário avaliativo (Apêndice C), que constituiu a principal fonte qualitativa desta pesquisa.

O objetivo principal do piloto foi simular, em escala controlada, o funcionamento de um serviço de atendimento a ocorrências envolvendo fauna vertebrada silvestre,

forneendo dados empíricos para análise da viabilidade de sua implantação permanente no CBMDF. Mais do que um ato administrativo, o piloto constituiu-se em um ensaio institucional controlado, no qual a Corporação atuou de forma experimental e padronizada. Assim, os resultados aqui apresentados decorrem exclusivamente da execução do piloto, que forneceu evidências empíricas controladas para análise de viabilidade.

3.3. Universo, amostra e coleta de dados

O universo observado nesta pesquisa compreendeu todos os atendimentos de manejo ou tentativa de manejo de fauna vertebrada silvestre executados no âmbito do projeto piloto pelo 13º GBM, no período de vigência do projeto piloto. Foram excluídos os acionamentos não confirmados e situações em que houve apenas orientação à população, sem intervenção operacional.

Para assegurar a produção de dados consistentes e comparáveis, decidiu-se que tais ocorrências deveriam ser centralizadas no 13º GBM durante o período do piloto. Essa decisão metodológica atendeu a três necessidades fundamentais:

- (i) a inexistência prévia de uma base estatística confiável acerca do volume e da natureza dessas ocorrências;
- (ii) a necessidade de avaliar de forma concentrada a suficiência do treinamento, dos materiais e da estrutura disponibilizada;
- (iii) a garantia de que o número de atendimentos, em um período delimitado, fosse suficiente para produzir resultados fidedignos.

A base analisada possui caráter censitário em relação ao universo observado, pois reúne todos os registros que chegaram ao 13º GBM e tiveram manejo ou tentativa de manejo durante a execução do projeto piloto, com formulário pós-ocorrência preenchido. Considera-se, contudo, a possibilidade de subnotificação de casos que não tenham sido repassados ao fluxo do projeto piloto, seja por resolução local por outras unidades, seja por falhas de acionamento, especialmente em situações percebidas como simples ou sem sinais de ferimento.

Foram incluídas ocorrências com aves, mamíferos ou répteis, atendidas segundo o fluxo mínimo do piloto e com formulário pós-ocorrência preenchido. Foram

excluídos animais domésticos e invertebrados. Também foram excluídos atendimentos sem manejo efetivo ou com registros essenciais incompletos.

A coleta de dados deu-se por dois instrumentos metodológicos elaborados no âmbito deste trabalho:

O formulário após cada uma das ocorrências (Apêndice B) registrou: número da ocorrência, Região Administrativa, localização, tempo total, efetivo empregado, grupo taxonômico, espécie, estado do animal, procedimentos realizados, destinação e imagens (para confirmação da espécie pelo autor).

O formulário de avaliação (Apêndice C) foi aplicado ao final do projeto piloto a todos os militares participantes. Ele coletou percepções sobre treinamento, materiais, efetivo e segurança, fluxo e efetividade geral. Ambos os questionários foram elaborados pelo autor para fins desta pesquisa e encontram-se integralmente reproduzidos nos respectivos apêndices.

Garantiu-se padronização por meio de formulários únicos, campos obrigatórios e orientação prévia aos militares do 13º GBM.

A unidade de análise adotada foi o indivíduo (animal). Assim, cada registro corresponde a um animal atendido; nas ocorrências com mais de um indivíduo, foram geradas fichas distintas para cada animal, permitindo análises “animal por animal”. A coleta foi realizada via Google Forms e a consolidação/tratamento dos dados planilhados ocorreu em Google Sheets.

3.4. Tratamento e análise dos dados

Os dados coletados por meio do questionário operacional (Apêndice B), obtidos via Google Forms, foram consolidados e tratados em planilha no Google Sheets. Adotou-se estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas para variáveis categóricas (por exemplo, grupo taxonômico, Região Administrativa, condição do animal e destino) e medidas de tendência central (média) e dispersão (desvio padrão) para variáveis contínuas, especialmente o tempo total de atuação (em minutos). O campo “tempo total” foi preenchido em todos os registros, permitindo a análise completa dessa variável. Os resultados foram apresentados em tabelas e

representados por gráficos adequados, a fim de facilitar a visualização e a interpretação.

Para controle de consistência, realizou-se conferência registro a registro com base nas imagens anexadas no formulário pós-ocorrência, com verificação da espécie e padronização pontual de classificações quando necessário. Nos casos em que houve encaminhamento ao HFAUS, considerou-se também a confirmação realizada pelo médico-veterinário no momento do recebimento. Eventuais inconsistências identificadas durante a revisão foram corrigidas previamente às análises, mantendo a base final padronizada para tabulação “animal por animal”.

As respostas do questionário avaliativo (Apêndice C) foram tratadas de forma descritiva. As questões fechadas em escala do tipo Likert foram tabuladas em Google Sheets e resumidas por frequências e proporções. As respostas abertas foram submetidas à categorização temática, realizada mediante leitura integral do material e posterior agrupamento em categorias finais por similaridade, com objetivo de identificar padrões recorrentes de percepção entre os militares participantes.

Como apoio operacional, utilizou-se ferramenta de inteligência artificial (*Chatgpt Plus*) para auxiliar verificações de consistência e busca por erros de ortografia. Ainda assim, a tabulação e os resultados numéricos utilizados no trabalho foram gerados e conferidos na planilha do *Google Sheets*, de modo a manter rastreabilidade e replicabilidade do tratamento estatístico.

3.5. Dados comparativos externos ao CBMDF

Para contextualização e comparação externa, foram utilizados dados secundários do Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA/PMDF) referentes ao ano de 2025, obtidos a partir de uma tabela institucional encaminhada ao autor pela Seção de Instrução do BPMA, em 09 dez. 2025, no formato de imagem. Os valores foram transcritos para planilha e empregados exclusivamente na construção de gráfico mensal da categoria “Captura de animais / Busca de Animais / Recolhimento e Remoção de Animais / Remoção de Animais / Salvamento de Animais”. Por se tratar de informação não publicada formalmente, a origem e o modo de obtenção foram

explicitados em nota, e os meses finais do ano foram interpretados com cautela, diante da ausência de metadados claros sobre a data de última atualização da tabela.

3.6. Limitações metodológicas

Apesar do caráter censitário em relação ao universo observado no projeto piloto, a base empírica depende do correto seguimento do fluxo de acionamento estabelecido, no qual as ocorrências são despachadas inicialmente ao GBM territorialmente responsável e o 13º GBM é acionado apenas após confirmação *in loco* da necessidade de resgate especializado. Assim, é possível que parte das demandas não tenha ingressado no fluxo do projeto piloto, seja por resolução local por outras unidades sem acionamento do recurso especializado, seja por falhas ou atrasos no repasse. Essa limitação é compatível com os riscos operacionais previstos no próprio projeto, como “falta de conscientização interna” e “atrasos no repasse das ocorrências”.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mais do que quantificar atendimentos, os resultados a seguir buscam demonstrar que a efetividade do resgate de fauna vertebrada silvestre depende de previsibilidade institucional: critérios claros de acionamento, padronização mínima de recursos e um fluxo de destinação funcional. Nesse sentido, os dados do projeto piloto são apresentados para sustentar, com evidências, quais requisitos são necessários para uma atuação permanente.

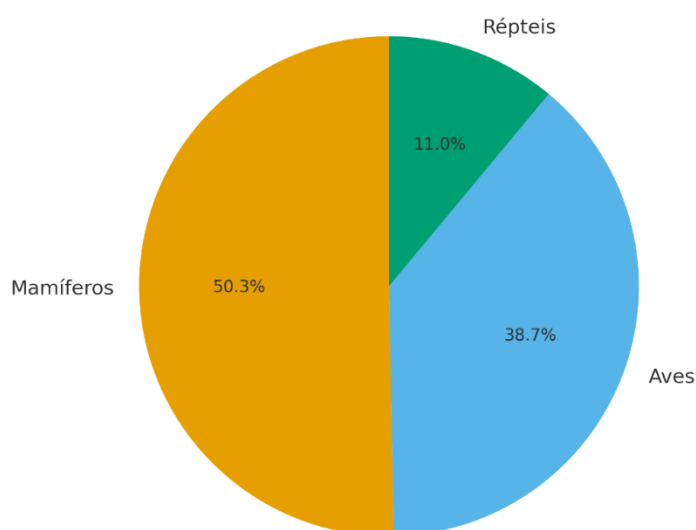
Os resultados baseiam-se em 163 registros individuais de atendimento à fauna vertebrada silvestre, obtidos a partir de formulário eletrônico preenchido pelas guarnições logo após cada intervenção. Cada registro corresponde a um animal atendido, de modo que, nas ocorrências com mais de um indivíduo, foram geradas múltiplas fichas. A partir dessa base, foram analisadas variáveis como grupo taxonômico, espécie, Região Administrativa de atendimento, local onde o animal foi encontrado, tempo total de atuação da guarnição, estado de saúde no momento do atendimento e destino atribuído ao animal.

4.1. Perfil taxonômico dos animais atendidos

Este bloco descreve o perfil geral dos atendimentos do projeto piloto, caracterizando a demanda por grupo taxonômico e estabelecendo a base para discutir requisitos mínimos de materiais, capacitação e segurança operacional. Do total de animais registrados no âmbito do projeto piloto, 82 pertenciam ao grupo dos mamíferos (50,3%), 63 eram aves (38,7%) e 18 eram répteis (11,0%). Assim, observa-se predomínio de mamíferos, seguidos pelas aves, enquanto os répteis representaram pouco mais de um décimo dos atendimentos, ainda que tenham aparecido de forma constante ao longo de todo o período analisado. A Figura 7 apresenta essa distribuição de forma sintética, permitindo visualizar a proporção de cada grupo taxonômico no conjunto de animais atendidos.

Entre os mamíferos, destacou-se o saruê, com 52 registros (31,9% do total de animais atendidos), seguido pelo porco-espinho, com 10 registros (6,1%), além de macacos, capivaras e morcegos em menor frequência. No grupo das aves, sobressaíram o urubu, com 20 registros (12,3%), e o bacurau, com 7 registros (4,3%), além de araras, corujas, bem-te-vis, urutaus e outras espécies com menor número de ocorrências. Entre os répteis, foram registrados principalmente serpentes, com predominância de jiboias, cascavéis e boipevas.

Figura 7 - Distribuição dos animais por grupo taxonômico



Fonte: O autor.

4.2. Distribuição espacial dos atendimentos

A distribuição espacial dos atendimentos permite avaliar como a demanda se manifesta no DF e evidencia implicações diretas para logística, tempo de resposta e adesão ao fluxo de acionamento, aspectos centrais para uma implantação permanente.

Foram atendidos animais em 26 Regiões Administrativas do DF, o que mostra que as ocorrências de manejo e resgate de fauna vertebrada silvestre não se restringem a uma área específica da cidade, mas se distribuem por diferentes territórios. As dez RAs com maior número de registros foram: Plano Piloto, Guará, Lago Sul, Sobradinho, Lago Norte, Ceilândia, São Sebastião, Santa Maria, Samambaia e Taguatinga. Em conjunto, essas regiões responderam por 119 animais atendidos (73,0% do total). Entre elas, destacam-se o Plano Piloto, com 23 registros (14,1%), e o Guará, com 22 registros (13,5%), seguidos por Lago Sul (13; 8,0%), Sobradinho (11; 6,7%), Lago Norte (11; 6,7%) e Ceilândia (10; 6,1%). Esses dados indicam que a maior parte das ocorrências se concentrou em áreas próximas ao 13º GBM, o que tem implicações diretas sobre o tempo de deslocamento e será retomado na análise do tempo de atuação das guarnições.

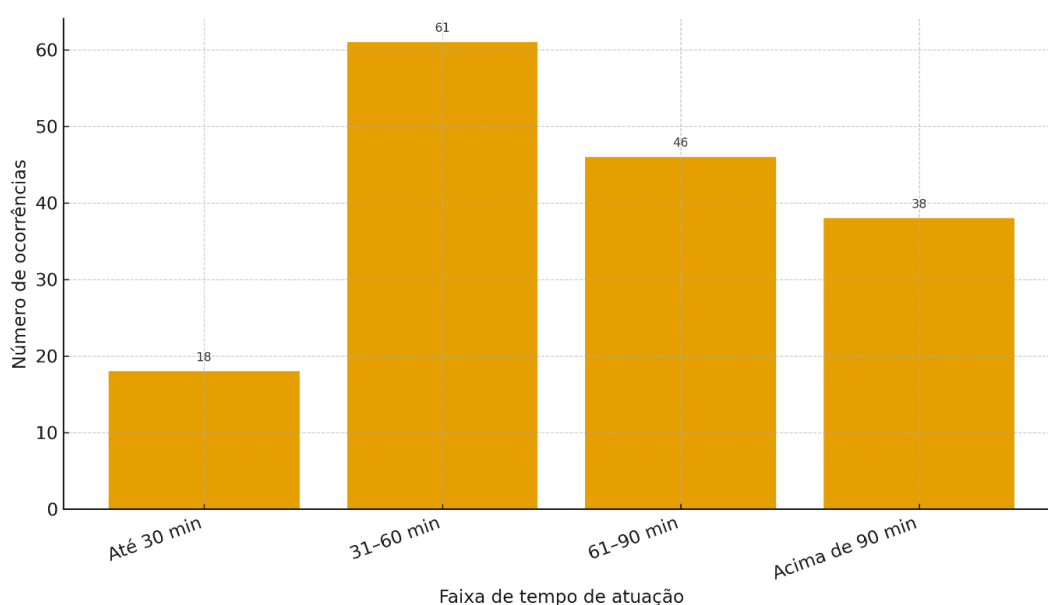
Quando se observa o tipo de local informado pelas equipes, nota-se um predomínio expressivo de ocorrências em área urbana, que corresponderam a 149 registros (91,4%). As demais situações envolveram zona rural (7; 4,3%), unidades de conservação ou outras áreas naturais (3; 1,8%) e registros pontuais em área de vegetação queimada, área militar, rodovia e área de transição urbano-rural (1 caso em cada categoria, aproximadamente 0,6% do total). Esse padrão reforça que, embora o projeto piloto tenha contemplado diferentes contextos territoriais, a maior parte dos atendimentos ocorreu em ambientes urbanos ou na sua interface imediata, cenário típico de conflitos entre fauna silvestre e ocupação humana.

4.3. Tempo total de atuação das guarnições

O tempo total de atuação sintetiza o custo operacional do atendimento e deve ser interpretado à luz da distribuição espacial do projeto piloto, servindo como referência para discutir expansão e necessidade de cobertura geográfica.

O tempo total de atuação considerando deslocamento, atendimento e eventual transporte do animal até o destino final, variou de forma relativamente ampla entre as ocorrências. De modo geral, os atendimentos se concentraram em faixas de até aproximadamente 90 minutos, com média em torno de 72,5 minutos por atendimento. Esse valor é compatível com o fato de que a maioria dos chamados partiu de Regiões Administrativas próximas ao 13º GBM, o que tende a reduzir o tempo gasto com deslocamento.

Figura 8 - Distribuição do tempo total de atuação nas ocorrências



Fonte: O autor.

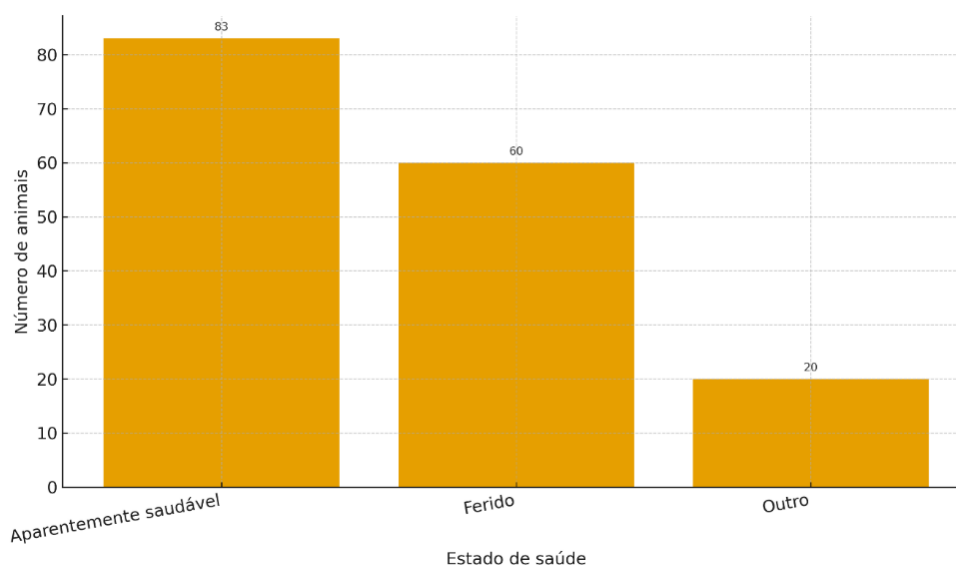
A Figura 8 apresenta a distribuição do tempo total de atuação em faixas de duração, permitindo visualizar a concentração de ocorrências em intervalos mais curtos e a menor frequência de atendimentos muito prolongados. Esse comportamento sugere que, nas condições do projeto piloto, o modelo adotado permitiu que as guarnições realizassem o resgate e a destinação dos animais em prazos compatíveis com a rotina operacional do Corpo de Bombeiros, sem ocorrência de atendimentos excessivamente longos.

4.4. Estado de saúde dos animais atendidos

O estado de saúde no momento do atendimento orienta o nível de risco, o tipo de manejo necessário e a priorização de destinação, contribuindo para definir requisitos técnicos e decisórios do serviço. Esse parâmetro foi registrado pelas guarnições e permite diferenciar situações em que havia necessidade clara de atendimento veterinário imediato daquelas em que o resgate se relacionava mais à retirada do animal de uma situação de risco ou de conflito com a população. De forma geral, a maior parte dos indivíduos foi classificada como aparentemente saudável, enquanto uma parcela menor foi registrada como ferida ou queimada, além de alguns casos enquadrados em outras condições (incapaz de voar, desnorteados, ovos, etc).

Do total de 163, 83 (~50,9%) estavam aparentemente saudáveis; 60 (~36,8%) estavam feridos/queimados; e 20 (~12,3%) enquadraram-se em outras condições.

Figura 9 - Estado de saúde dos animais atendidos



Fonte: O autor.

A Figura 9 resume essa distribuição por categoria, evidenciando a predominância de animais sem sinais evidentes de lesão grave no momento do atendimento. Esse dado ajuda a explicar, em parte, a frequência de solturas em áreas adequadas ou a decisão de manter o animal no local, quando a avaliação *in loco* indicou ausência de risco iminente para a população ou para o próprio animal, aspecto aprofundado na subseção seguinte.

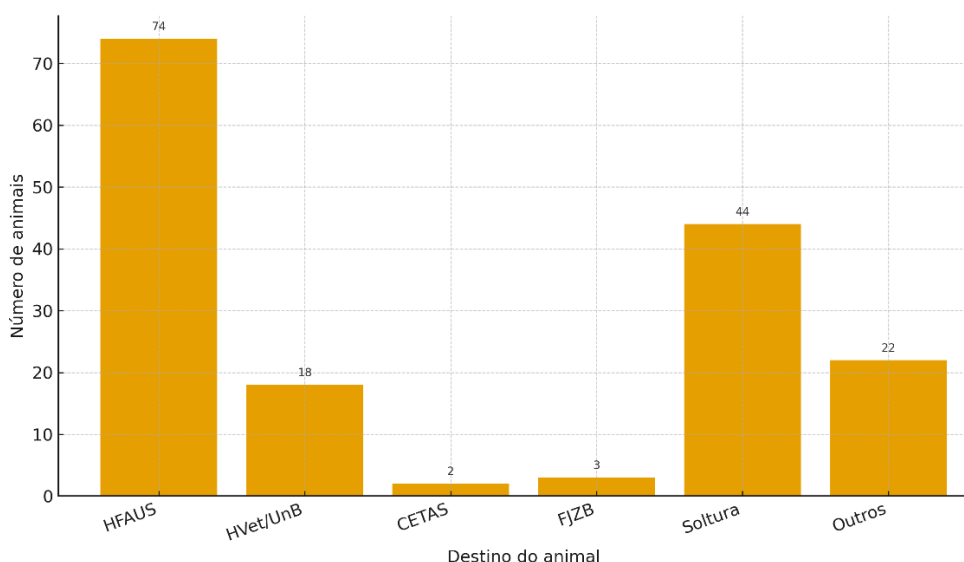
4.5. Destino dos animais atendidos

A análise dos destinos evidencia a dificuldade logística do atendimento e mostra como o fluxo de encaminhamento (com destaque para o HFAUS) impacta a eficiência e a previsibilidade do serviço.

Observou-se predominância de encaminhamentos ao HFAUS, que recebeu 74 animais (45,4%). O HVet/UnB foi destino de 18 animais (11,0%). Também houve encaminhamentos pontuais para serviços de Zoonoses (2; 1,2%), CETAS (2; 1,2%) e para a Fundação FJZB (3; 1,8%). Somados, esses destinos totalizam 99 animais (60,7%), indicando que, em boa parte das ocorrências, a atuação do CBMDF envolveu não apenas o resgate, mas também a entrega do animal a serviços capazes de realizar avaliação clínica, estabilização e manejo subsequente.

A Figura 10 apresenta a distribuição desses desfechos, permitindo visualizar, de forma integrada, o equilíbrio entre encaminhamentos a serviços especializados, solturas em campo e demais formas de conclusão das ocorrências.

Figura 10 - Destino dos animais atendidos



Fonte: O autor.

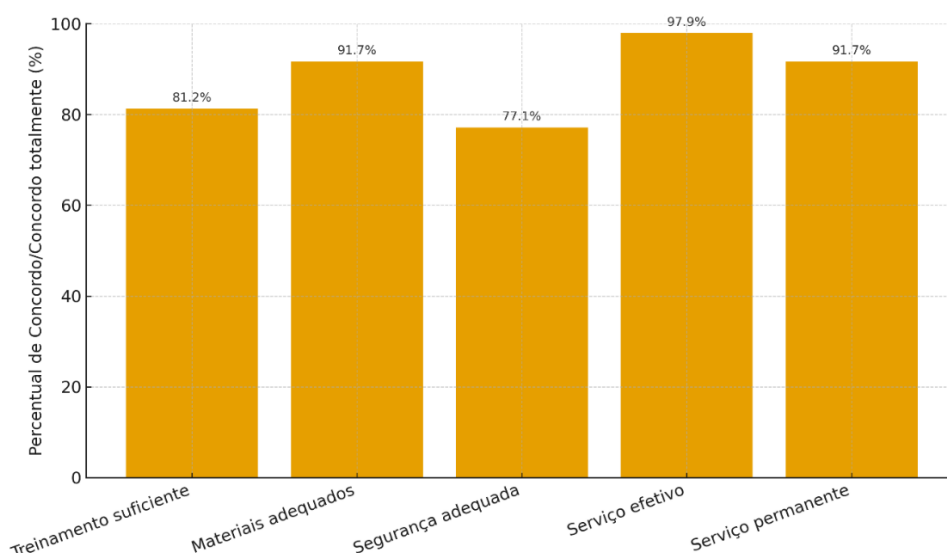
Em 44 registros (27,0%), o desfecho foi a soltura do animal em unidade de conservação, área natural ou área aberta do entorno, após avaliação *in loco* de que não havia necessidade de atendimento veterinário imediato e de que existiam condições mínimas de segurança para o retorno ao ambiente. Em 16 casos (9,8%), o

animal foi deixado no local sem transporte, geralmente por se tratar de situação sem indicativo de risco iminente ou sem justificativa para remoção, enquanto em 4 registros (2,5%) o animal não chegou a ser capturado ou localizado pela guarnição.

4.6. Avaliação dos militares participantes sobre o projeto piloto

Ao final do período de execução do projeto piloto, foi aplicado um formulário eletrônico aos bombeiros militares do 13º GBM que participaram diretamente das ocorrências de fauna vertebrada silvestre, totalizando 48 respondentes. O questionário reuniu perguntas fechadas, em escala do tipo Likert, e questões abertas. O objetivo foi entender como esses militares avaliaram os seguintes pontos do projeto piloto: capacitação inicial, materiais e equipamentos, sensação de segurança durante as ocorrências, efetividade do serviço e possibilidade de estruturar essa atividade de forma permanente no CBMDF. É possível enfatizar que o projeto teve uma avaliação bastante positiva, a Figura 11 compara o percentual de respostas “Concordo” e “Concordo totalmente” para cada das afirmações avaliadas.

Figura 11 – Síntese da percepção dos militares que atuaram no projeto



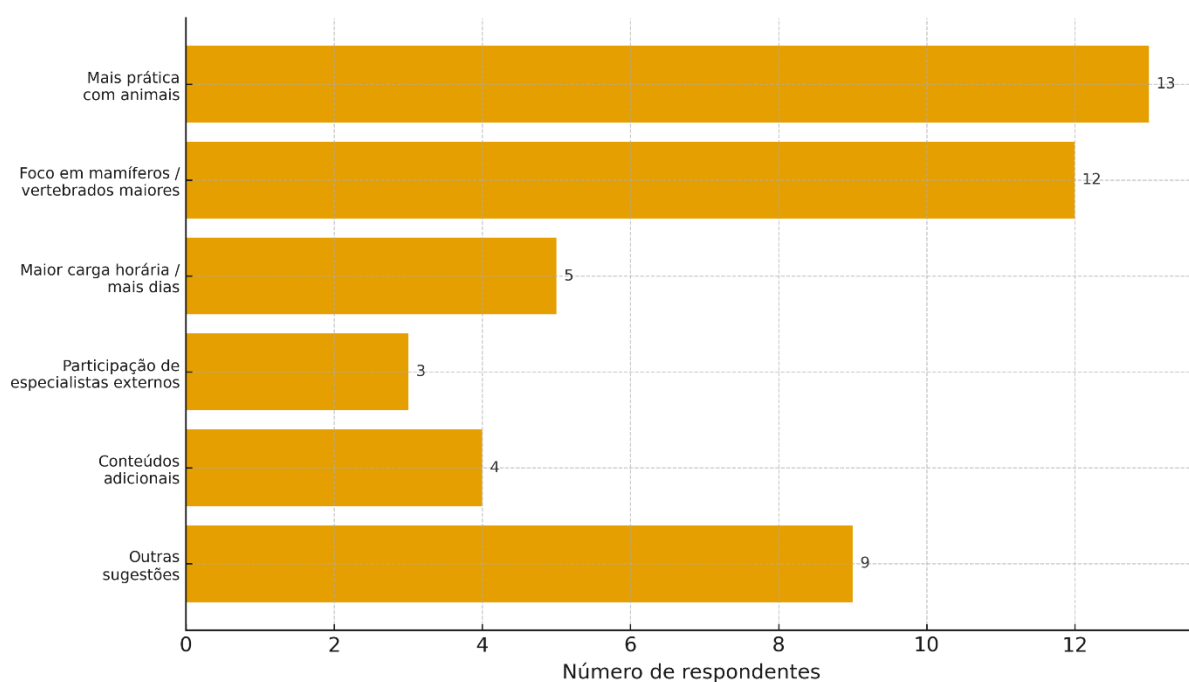
Fonte: O autor.

Entre os respondentes, 81,3% concordaram ou concordaram totalmente que o treinamento inicial de 10 horas foi suficiente para atuar nas ocorrências de fauna vertebrada. A maioria também considerou que os materiais e equipamentos utilizados

eram adequados (91,7%) e que havia segurança adequada para o próprio militar e para a guarnição durante os atendimentos (77,1%). Além disso, 97,9% concordaram ou concordaram totalmente que o serviço prestado foi efetivo, e 91,7% defenderam que o CBMDF deveria estruturar esse tipo de atendimento de forma permanente.

No que se refere à capacitação inicial, os dados confirmam que o treinamento foi bem recebido, mas também trazem indicações claras de onde é possível melhorar. A Figura 12 apresenta essas sugestões reunidas em categorias, permitindo visualizar quais temas foram mais recorrentes entre os participantes.

Figura 12 – Principais sugestões de melhoria para a capacitação inicial



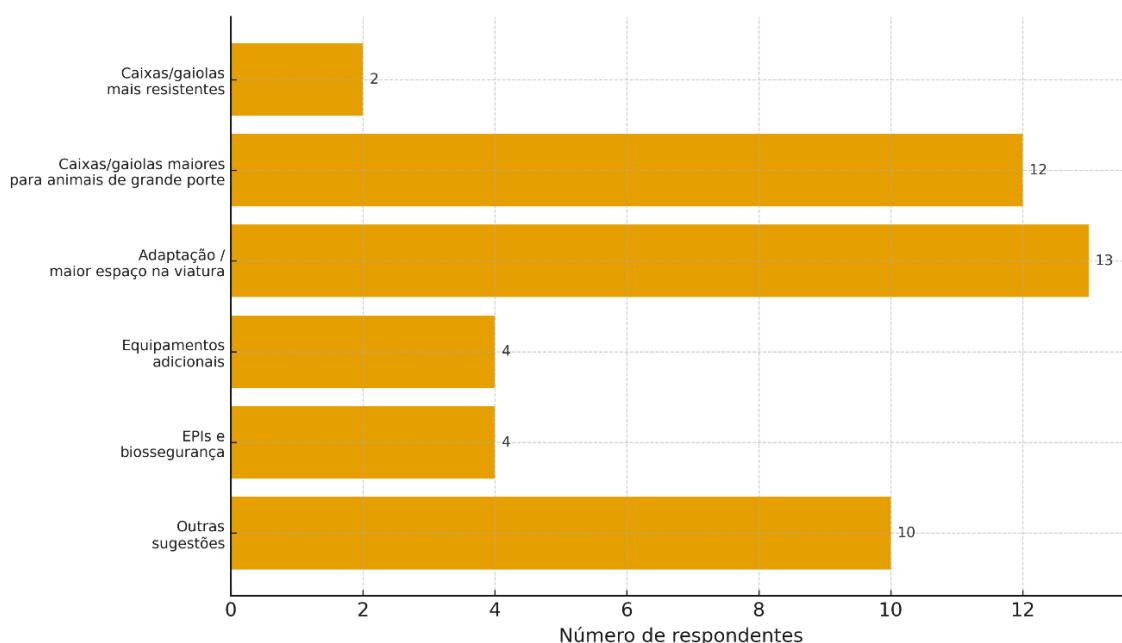
Fonte: O autor.

Entre os 39 militares que responderam à pergunta aberta sobre sugestões de melhoria da capacitação, 13 destacaram a necessidade de mais atividades práticas com animais, aproximando o treinamento da realidade do atendimento em campo. Outros 12 sugeriram dar mais ênfase a mamíferos e vertebrados de maior porte, como capivaras e primatas, que exigem técnicas específicas de manejo. Também apareceram propostas de ampliação da carga horária, inclusão de conteúdos sobre atendimento pré-hospitalar em situações de acidentes com animais e abordagem mais

detalhada de riscos biológicos e zoonoses. Em menor número, houve quem sugerisse a participação de especialistas externos, como o BPMA, em parte das instruções.

Em relação aos materiais e equipamentos, a avaliação quantitativa foi amplamente favorável, com 91,7% dos respondentes concordando ou concordando totalmente que o conjunto disponível era adequado às demandas das ocorrências. As respostas abertas, porém, ajudaram a qualificar essa percepção. Esses resultados qualitativos estão organizados na Figura 13, que apresenta a frequência de cada categoria de material ou equipamento sugerido.

Figura 13 - Sugestões de melhorias nos materiais e equipamentos utilizados



Fonte: O autor.

Entre os 34 militares que responderam à questão sobre materiais que fizeram falta ou deveriam ser melhorados, 12 apontaram a necessidade de caixas ou gaiolas maiores para animais de grande porte, citando capivaras e outros mamíferos; 13 mencionaram algum tipo de limitação relacionada à configuração ou espaço da viatura, sugerindo adaptações na área de carga para acomodar com segurança caixas maiores e evitar o transporte de animais na cabine de passageiros; além disso, foram registradas sugestões de equipamentos adicionais, como puçás, redes e cambões (4 respostas), e de itens de biossegurança, como materiais de desinfecção e luvas mais resistentes (4 respostas).

A sensação de segurança durante os atendimentos também foi predominantemente positiva: 77,1% dos militares declararam concordar ou concordar totalmente que havia segurança adequada para o respondente e para a guarnição. Ainda assim, um pequeno grupo relatou riscos adicionais relevantes durante as ocorrências. Entre esses, as respostas abertas apontaram principalmente riscos biológicos, como mordidas, picadas, carrapatos e potencial exposição a zoonoses, bem como situações específicas de atuação em altura ou sobre telhados com pouca proteção e riscos relacionados ao transporte de animais no interior da cabine da viatura. Na figura 14 é possível ver um militar fazendo manejo de um tucano utilizando uma luva que traz proteção ao antebraço contra picadas e mordidas.

Figura 14 - Militar do 13º GBM utilizando luva especial para manejo de fauna

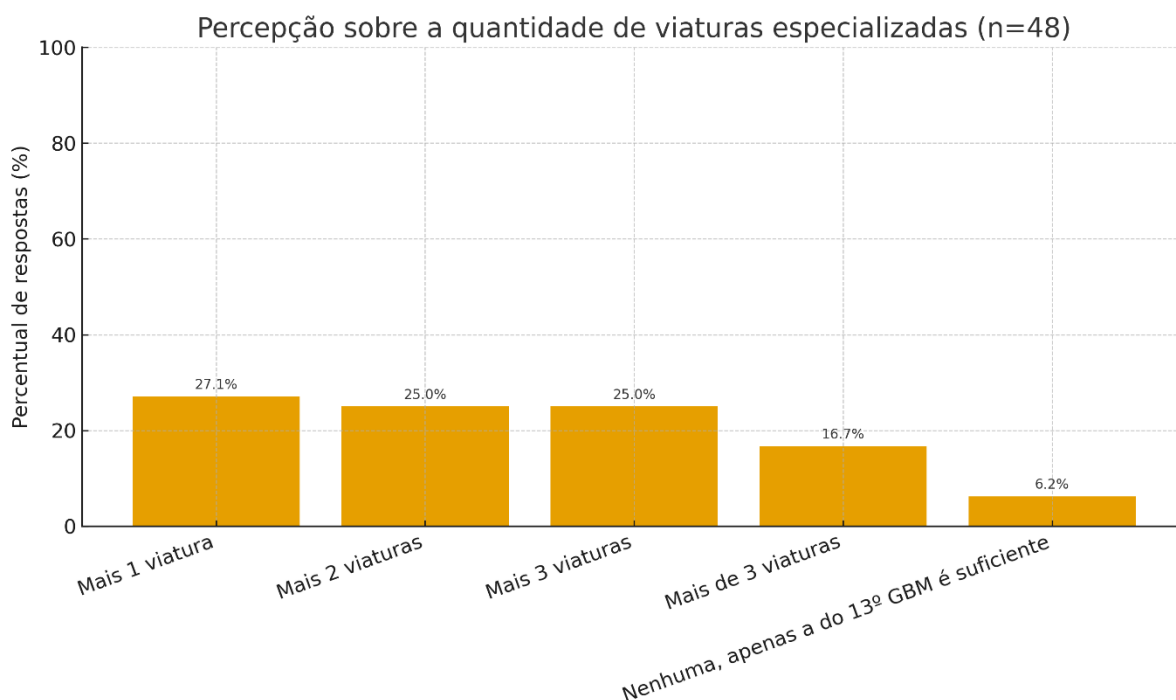


Fonte: O autor.

Embora não se justifique, pela quantidade de casos, a apresentação de um gráfico específico, esses relatos indicam a necessidade de manter atenção contínua à biossegurança, aos protocolos de avaliação de cenário e às condições estruturais de atuação, ainda que, no conjunto, os militares tenham se sentido seguros na maior parte dos atendimentos.

No tocante à organização estrutural do serviço, os resultados mostram apoio expressivo à sua ampliação. Quando questionados sobre a quantidade de viaturas especializadas em fauna que o CBMDF deveria ter, além da viatura do 13º GBM, 93,8% dos militares indicaram a necessidade de mais viaturas, distribuídas entre as opções “mais 1”, “mais 2”, “mais 3” e “mais de 3 viaturas”, enquanto apenas 6,3% consideraram suficiente manter apenas a estrutura atual. A Figura 15 ilustra essa distribuição, evidenciando que a maior parte dos respondentes defende a existência de duas ou mais viaturas especializadas, o que reforça a percepção de que o modelo centrado em uma única viatura tende a ser insuficiente para atender, de forma permanente, todo o território do DF.

Figura 15 - Percepção sobre necessidades de mais recursos para resgate de fauna



Fonte: O autor.

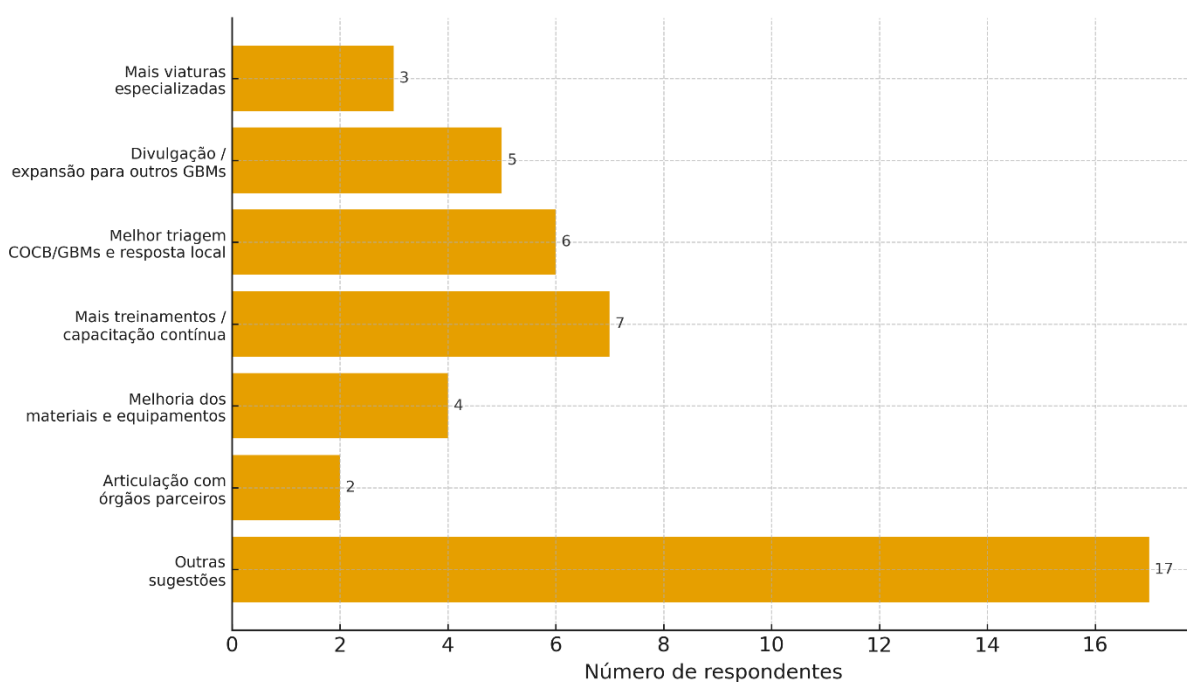
As sugestões finais sobre melhorias para o atendimento de fauna pelo CBMDF, coletadas em questão aberta, reforçam e detalham esses achados.

Entre os respondentes, 38 apresentaram propostas de melhoria, quais sejam: 7 destacaram a importância de mais treinamentos e capacitação continuada; 6 sugeriram aperfeiçoar a triagem das ocorrências pelo COCB e pelos GBMs, com ênfase na ideia de que a primeira resposta deve, sempre que possível, ser dada pelo

Grupamento mais próximo, acionando-se a equipe especializada quando necessário; 5 defenderam maior divulgação e expansão do serviço para outros GBMs, de modo a reduzir a concentração de atendimentos em uma única unidade; 3 mencionaram explicitamente a necessidade de ampliar o número de viaturas especializadas; 4 registraram a conveniência de melhorias ou renovação de materiais e equipamentos, em linha com os pontos já mencionados em outras questões.

Algumas respostas ressaltaram, ainda, a importância de fortalecer a articulação com órgãos parceiros, como a BPMA, para troca de experiências e alinhamento de procedimentos. A Figura 16 apresenta a síntese dessas sugestões, distribuídas por tema.

Figura 16 - Sugestões de melhoria para o serviço de resgate de fauna



Fonte: O autor.

Em conjunto, os dados quantitativos e qualitativos da avaliação dos militares indicam que o projeto piloto foi bem aceito pela tropa, com percepção de efetividade do serviço, adequação geral da capacitação e dos materiais e apoio consistente à sua institucionalização e expansão.

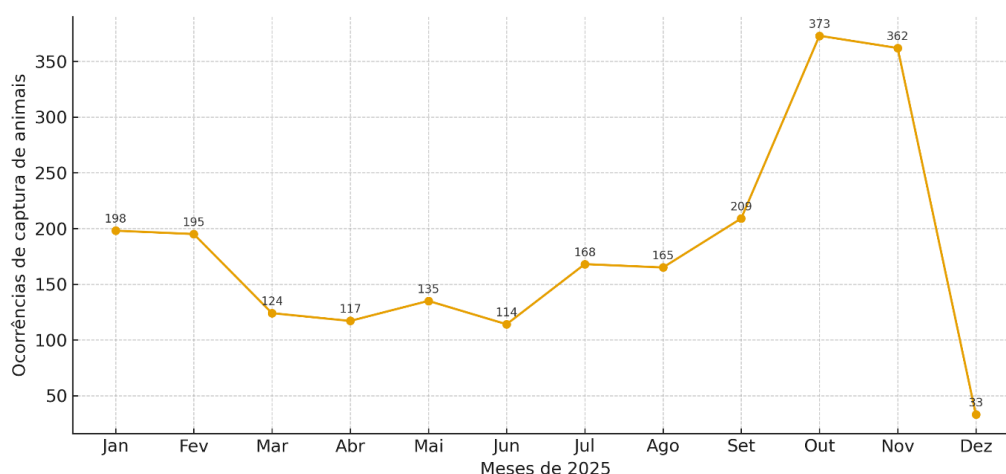
Ressalta-se também que a avaliação daqueles que trabalharam efetivamente com o resgate de animais silvestres revela um conjunto de ajustes necessários, em

especial no que se refere à qualificação contínua, à configuração de viaturas, à padronização de materiais, à biossegurança e à distribuição territorial do serviço. Esses pontos levantados serão retomados nas considerações finais como elementos centrais para a análise da viabilidade de implantação permanente do atendimento de fauna vertebrada silvestre pelo CBMDF.

4.7. Comparação com os atendimentos do BPMA/PMDF

Na Figura 17, observa-se a distribuição mensal das ocorrências registradas pelo BPMA/PMDF em 2025 nas categorias “Captura de animais / Busca de Animais / Recolhimento e Remoção de Animais / Remoção de Animais / Salvamento de Animais”.

Figura 17 - Ocorrências de resgate de fauna atendidas pelo BPMA em 2025



Fonte: BPMA/PMDF (2025). ¹ Elaboração do gráfico pelo autor.

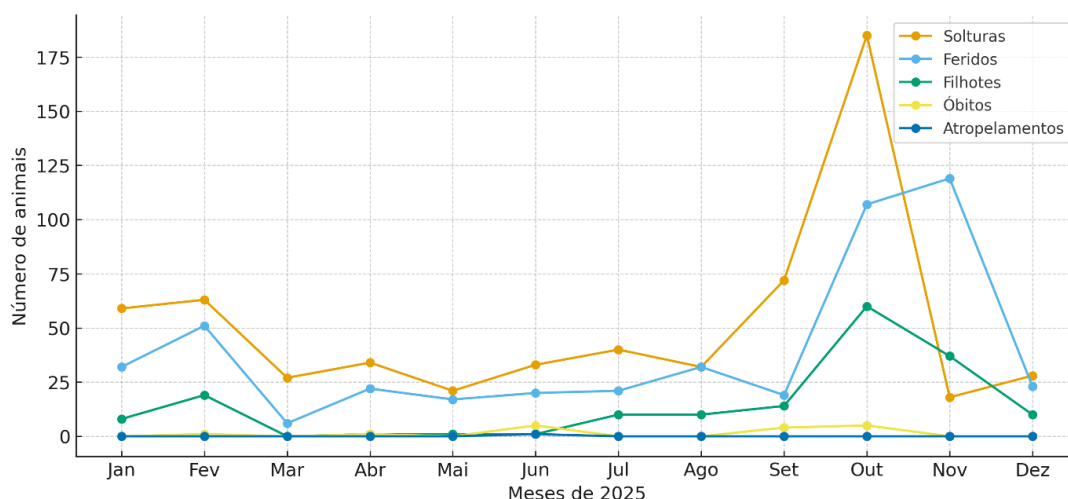
Ao longo do primeiro semestre, os valores se mantêm elevados, com variações mensais, e voltam a crescer no período seco, com aumento mais evidente a partir de agosto. O pico ocorre em outubro (373 ocorrências), permanecendo alto em novembro (362), o que reforça, de forma consistente com o referencial teórico, o efeito da sazonalidade do Cerrado sobre a demanda por atendimentos envolvendo animais.

¹ Dados estatísticos do BPMA/PMDF referentes a 2025, encaminhados ao autor pelo Chefe da Seção de Instrução do BPMA em 9 dez. 2025, em formato de imagem (tabela interna).

Esses dados foram utilizados como indicador externo de volume e sazonalidade, mas exigem cautela interpretativa: tratam-se de informação institucional não publicada formalmente e a categoria utilizada é agregada, podendo abranger diferentes situações e tipos de ocorrência. Além disso, os meses finais do ano (especialmente dezembro) podem estar incompletas, já que o material foi recebido dia 09/12/2025, antes do fim do mês de dezembro.

A Figura 18 apresenta, mês a mês, a condição registrada pelo BPMA nas ocorrências, além do número de solturas realizadas.

Figura 18 – Situação dos animais atendidos pelo BPMA em 2025



Fonte: BPMA/PMDF (2025).² Elaboração do gráfico pelo autor.

De modo geral, a variação dessas categorias acompanha o aumento global de ocorrências observado no período seco, sugerindo maior pressão sobre a fauna e maior exposição a riscos típicos de áreas urbanizadas e rodovias. Assim como na figura anterior, os dados devem ser interpretados como perfil das ocorrências registradas pelo BPMA, sem equivalência direta com a unidade de análise do projeto piloto (animal atendido). Ainda assim, o conjunto contribui para sustentar a discussão sobre sazonalidade e para dimensionar a importância de procedimentos padronizados de triagem, manejo e destinação, especialmente nos meses de maior demanda.

² Dados estatísticos do BPMA/PMDF referentes a 2025, encaminhados ao autor pelo Chefe da Seção de Instrução do BPMA em 9 dez. 2025, em formato de imagem (tabela interna).

Considerando o ano como um todo, os dados do BPMA ajudam a dimensionar melhor a escala do problema. Em 2025 foram registradas 2.193 ocorrências de resgate de fauna silvestre, resultando em 618 solturas, 469 animais feridos, 161 filhotes e 16 óbitos. Como cada registro se refere a uma ocorrência, diferente ao formulário do projeto piloto do CBMDF, é possível que o número real de animais manejados seja ainda maior do que o que aparece nas estatísticas oficiais.

Se olharmos apenas para o intervalo entre agosto e novembro, período de seca mais intensa, o quadro fica ainda mais expressivo. Nesse recorte concentram-se 1.109 resgates, algo em torno de metade de todos os resgates do ano, além de grande parte dos animais feridos e da maioria dos filhotes. Esse comportamento reforça a ideia, já discutida na fundamentação teórica, de que a estação seca aumenta o deslocamento da fauna, a ocorrência de queimadas e o contato dos animais com vias urbanas e rodovias. Não por acaso, esse é exatamente o período em que o projeto piloto do CBMDF foi executado, o que dá ainda mais peso aos resultados obtidos pela viatura do 13º GBM.

Quando se compara o trimestre do projeto piloto com os dados do BPMA, a diferença de ordem de grandeza aparece com clareza. Entre agosto e outubro, o batalhão ambiental atendeu 747 ocorrências de resgate de fauna silvestre, enquanto o 13º GBM manejou 163 animais no âmbito do projeto. É verdade que os conjuntos de dados não são diretamente equivalentes: o BPMA contabiliza ocorrências (que podem envolver mais de um animal) e inclui casos ligados a crimes ambientais, atividade que não está no escopo do CBMDF. Mesmo com essas ressalvas, os números sugerem, de forma conservadora, que a demanda potencial por manejo e resgate de fauna vertebrada silvestre no DF é muito maior do que a parcela que hoje chega ao CBMDF.

Isso não significa que o CBMDF deva substituir o BPMA na investigação de ilícitos ambientais, mas aponta que, se a corporação assumir de forma permanente uma fatia maior das ocorrências de manejo e salvamento, especialmente as de natureza não criminal, a corporação terá de lidar com um volume de chamados bem superior ao observado na experiência inicial do 13º GBM. Em termos práticos, esses dados indicam a necessidade de planejar desde já o dimensionamento de viaturas especializadas, a distribuição territorial do serviço, os fluxos de acionamento via

COCB e a capacitação continuada das guarnições, em estreita articulação com o próprio BPMA e com os demais órgãos ambientais.

Por fim, a comparação com dados do BPMA, recebidos pelo autor em 09/12/2025, contribui como referência externa para compreender a sazonalidade e a pressão operacional anual, fortalecendo a necessidade da corporação em investir na atividade.

4.8. Síntese dos requisitos operacionais, estruturais e técnicos

A partir dos resultados do projeto piloto, é possível consolidar requisitos mínimos para uma atuação permanente do CBMDF no manejo e resgate de fauna vertebrada silvestre. Em primeiro lugar, os dados por grupo taxonômico e por estado de saúde reforçam a necessidade de capacitação prática e recorrente, com ênfase em contenção segura, biossegurança, avaliação rápida do animal e tomada de decisão em campo. Em paralelo, o padrão de destinação observado aponta que o serviço precisa de critérios objetivos de triagem e destinação, reduzindo encaminhamentos desnecessários e garantindo previsibilidade do fluxo.

Do ponto de vista material e estrutural, os resultados indicam a necessidade de um conjunto mínimo padronizado de equipamentos de captura, transporte e proteção individual, compatível com o perfil dos animais atendidos. O tempo total de atuação e a distribuição espacial das ocorrências sugerem que a logística (viatura adequada, organização do acionamento e possibilidade de apoio especializado) tem impacto direto na eficiência do atendimento e na segurança da guarnição.

Um último requisito a ser destacado é que a própria execução do projeto piloto demonstra que a gestão de dados é requisito técnico do serviço: registro padronizado, base consolidada e indicadores simples permitem monitorar demanda, ajustar treinamento, dimensionar materiais e apoiar decisões institucionais. Assim, os resultados sustentam uma proposta de continuidade do serviço baseada em padronização, capacitação e organização do fluxo, em vez de respostas improvisadas e heterogêneas.

Com base nos resultados apresentados e na discussão realizada nesta seção, o Quadro 1 sintetiza os requisitos mínimos identificados para a atuação permanente

do CBMDF no atendimento de ocorrências de manejo e resgate de fauna vertebrada silvestre.

Quadro 1 - Síntese dos requisitos operacionais, estruturais e técnicos para atuação permanente do CBMDF no resgate de fauna vertebrada silvestre

Dimensão	Requisito mínimo
Operacional	Fluxo de acionamento e despacho definido (unidade de resposta + apoio especializado quando necessário)
Operacional	Registro padronizado pós-ocorrência (dados mínimos, geolocalização, fotos, destino, tempo)
Operacional	Critérios claros de destinação (HFAUS/CETAS/soltura) e comunicação com órgãos parceiros
Operacional	Atualização/adoção de POPs e padronização do procedimento para reduzir variabilidade entre guarnições
Estrutural	Kit mínimo de captura/contensão e acondicionamento (EPI + materiais + caixas de transporte)
Estrutural	Viatura e logística compatíveis com transporte seguro e redução de tempo improdutivo
Estrutural	Ponto de apoio e rotinas de higienização/segurança (biossegurança)
Técnico	Capacitação teórico-prática específica (manejo, contenção, bem-estar, biossegurança e destinação)
Técnico	Perfil e efetivo mínimo treinado para reduzir risco e garantir execução segura
Técnico	Gestão de dados para monitoramento contínuo (indicadores e ajustes de doutrina)

Fonte: O autor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo responde à pergunta-problema ao indicar que é viável estruturar uma atuação permanente do CBMDF no manejo e resgate de fauna vertebrada silvestre, desde que sejam assegurados requisitos mínimos de doutrina, logística de destinação e gestão contínua das informações operacionais. À luz do projeto piloto, a viabilidade se sustenta menos na execução pontual de atendimentos e mais na institucionalização de critérios, rotinas e fluxos que deem previsibilidade ao serviço.

Quanto aos objetivos, o estudo demonstrou que a efetividade do serviço depende de integrar capacitação, padronização de procedimentos, estrutura mínima e um fluxo de destinação operacionalmente coerente. Nesse sentido, o projeto piloto mostrou-se adequado como estratégia metodológica por permitir observar o serviço em funcionamento real e produzir evidências sobre padrões de demanda, gargalos logísticos e pontos críticos de decisão, fornecendo base empírica para consolidar os requisitos mínimos sintetizados ao final da análise.

Nesse cenário, a hipótese foi confirmada sob condições: a implantação permanente é viável, mas exige organização institucional capaz de reduzir decisões casuísticas, evitar esforços redundantes e mitigar riscos operacionais.

As limitações identificadas ajudam a qualificar essa conclusão. Embora os atendimentos tenham alcançado 26 Regiões Administrativas, observou-se concentração espacial em áreas próximas ao 13º GBM, sugerindo que a incorporação do piloto pode não ter ocorrido de forma uniforme entre as unidades. Esse aspecto não invalida os resultados, mas aponta a necessidade de compreender melhor fatores associados à adesão e ao uso do modelo em outras realidades territoriais.

Também se destacou o papel do HFAUS: por operar 24 horas, consolidou-se como principal destino dos animais (45,4%), evidenciando sua centralidade logística no fluxo do serviço. Além disso, o tempo médio total de atuação, em torno de 72,5 minutos, precisa ser analisado considerando a distribuição geográfica dos atendimentos. A concentração das ocorrências em áreas mais próximas ao 13º GBM ajuda a explicar esse valor. Em um cenário com atendimentos mais dispersos pelo DF, é esperado que esse tempo aumente em razão do maior deslocamento das guarnições, aspecto que deve ser levado em conta no planejamento da capacidade de resposta do serviço.

Diante desse conjunto de achados, as recomendações se concentram na organização do serviço e no fortalecimento da doutrina institucional. Torna-se prioritário consolidar procedimentos operacionais e critérios claros de atuação, capazes de garantir previsibilidade entre unidades e reduzir improvisações, inclusive com revisão e padronização de POPs e definição de responsabilidades.

Em paralelo, é essencial estruturar o fluxo interinstitucional de destinação, reconhecendo o HFAUS como elemento central do sistema pela disponibilidade contínua, e estabelecendo rotinas claras de articulação com os demais destinos e órgãos parceiros. Nesse processo, a gestão de dados é vital: padronizar a coleta, definir indicadores e acompanhar os atendimentos de forma regular é o que permite orientar decisões, ajustar a doutrina e sustentar a evolução institucional do serviço.

Como todo estudo aplicado, esta pesquisa não esgota o tema. Permanecem como oportunidades de aprofundamento a análise de custos de implantação e

manutenção, avaliações mais específicas de riscos ocupacionais e segurança operacional, o refinamento dos critérios e tempos associados aos diferentes fluxos de destinação e o desenvolvimento de modelos de previsão de demanda que considerem sazonalidade e distribuição espacial. Estudos qualitativos junto às unidades operacionais também podem esclarecer, com mais precisão, fatores que influenciam adesão e utilização do serviço.

Enfatiza-se que ao observar a curva de atendimentos do BPMA em 2025, com aumento expressivo durante o período seco (165 ocorrências em agosto, 209 em setembro e 373 em outubro), reforça-se a influência da sazonalidade como pressão previsível sobre o sistema. Esse dado evidencia que a eventual institucionalização da atuação do CBMDF deve ser pensada como serviço permanente, sustentado por doutrina clara, fluxo de destinação bem definido e decisões orientadas por dados.

Em síntese, o projeto piloto mostra que o desafio central não é a falta de demanda, mas a construção de previsibilidade institucional, sendo essa previsibilidade o que poderá tornar a implantação permanente operacionalmente segura e sustentada por evidências.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASÍLIA. **GDF elabora projeto de gestão compartilhada do Centro de Animais Silvestres**. Brasília, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/w/gdf-elabora-projeto-de-gestao-compartilhada-do-centro-de-animais-silvestres>. Acesso em: 19 out. 2025.
- BATISTA, João Luiz. **Captura de serpentes: atualização do procedimento operacional padrão no CBMDF**. Brasília: Academia de Bombeiro Militar, 2020.
- BPMA/PMDF. **Dados estatísticos de ocorrências de resgate de fauna referentes ao ano de 2025**. Brasília, DF, 2025. Comunicação interna (tabela encaminhada ao autor em 9 dez. 2025).
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 de ago. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 31.817, de 21 de junho de 2010. **Dispõe sobre a Organização Básica e Estrutura do CBMDF**. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. Lei nº 8.255, de 20 de novembro de 1991. **Dispõe sobre a organização básica do CBMDF**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1991.
- BRASIL. Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009. **Dispõe sobre os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Instrução Normativa nº 5, de 13 de maio de 2021**. Estabelece diretrizes e procedimentos para a operacionalização dos Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAS) do Ibama e a destinação de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente. Brasília, DF, 2021.
- BRITO, Gabriela. **Manejo e primeiros socorros em cães e gatos pelo CBMDF**. 2023. Brasília: Academia de Bombeiro Militar, CBMDF, 2023.
- CARVALHO, A. R. *et al.* **Fire regimes and vertebrate responses in South America**. *Global Ecology and Biogeography*, v. 34, p. 211–225, 2025.
- CBMDF. **BI Corporativo, Painel Ocorrências (Fênix/SINESP-CAD)**. Brasília: CBMDF, 2025. Disponível em: <https://gesint.cbm.df.gov.br/bi-corporativo/ocorrencias/>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- CBMDF. **Procedimento Operacional Padrão sobre Captura de Animais Silvestres**. Boletim Geral nº 099, de 26 de maio de 2021, Brasília, 2021.

DURIGAN, G. *et al.* **Zero-fire: not possible nor desirable in the Cerrado of Brazil.** *Flora*, v. 268, p. 151612, 2020.

CORREIO DA MANHÃ. **HFAUS é centro de reabilitação e já atendeu mais de 2.500 animais desde março de 2024.** Brasília: Correio da Manhã, 2025. Disponível em: <https://www.correiodamanha.com.br/colunistas/brasilianas/2025/07/209356-brasilianas-hfaus-e-centro-de-reabilitacao-e-ja-atendeu-mais-de-2-500-animais-desde-marco-de-2024.html>. Acesso em: 22 ago. 2025.

COTA, André Matos Pinto. **Estudo dos procedimentos aplicados às ações de contenção física de animais silvestres do Cerrado realizados pelo CBMDF.** Brasília: Academia de Bombeiro Militar, 2012.

CUNHA, F. C. *et al.* **Fauna silvestre recebida pelo CETAS/DF e encaminhada para o Hospital Veterinário da UNB.** *Revista Brasileira de Medicina Veterinária*, Brasília, v. 44, n. 3, p. 1–10, 2022.

DIÓGENES, Silva. **Competência do GPRAM no resgate de fauna no DF.** 2018. Artigo Científico – CBMDF, Brasília, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Período crítico de incêndios gerou aumento no resgate de animais silvestres em 2024.** Brasília: IBAMA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/periodo-critico-de-incendios-gerou-aumento-no-resgate-de-animais-silvestres-em-2024>. Acesso em: 20 out. 2025.

INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL. **Abertura do HFAUS é marco da área de fauna no DF em 2024.** Brasília: IBRAM, 2024. Disponível em: <https://www.ibram.df.gov.br/abertura-do-hfaus-e-marco-da-area-de-fauna-no-df-em-2024/>. Acesso em: 25 set. 2025.

MACÁRIO, Lucas Mousinho. **Resgate de animais silvestres no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.** Brasília: Academia de Bombeiro Militar, 2023.

MAGIOLI, M. *et al.* **Pyrodiversity and wildlife responses in Brazilian ecosystems.** *Ecology and Evolution*, v. 14, n. 1, p. 1–15, 2024.

METRÓPOLES. **Vida nova: 70% dos animais que estão no Zoológico do DF foram resgatados.** Metrôpoles, Brasília, 4 dez. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/vida-nova-70-dos-animais-que-estao-no-zoologico-do-df-foram-resgatados>. Acesso em: 22 set. 2025.

PEREIRA, A. R.; TORRES, F. T. P.; BERLINCK, C. N. **Ecological implications of the direct effects of fire on neotropical vertebrates.** *Science of The Total Environment*, v. 979, p. 179437, 2025a.

PEREIRA, T. S. *et al.* **Direct fire effects on vertebrate fauna: evidence from Brazilian savannas.** *Frontiers in Ecology and Evolution*, v. 13, p. 1–12, 2025b.

WWF-BRASIL. **Guia de manejo de animais silvestres impactados pelo fogo no Pantanal**. Brasília: WWF-Brasil, 2020. Disponível em: <https://institutoamparanimal.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Guia-de-Manejo-de-Animais-Silvestres-Impactados-pelo-Fogo-no-Pantanal.pdf>. Acesso em: 19 out. 2025.

GLOSSÁRIO

13º GBM: Unidade operacional designada para executar o projeto piloto.

Animal doméstico: Espécie domesticada, como cão e gato; excluída do piloto.

Animal sinantrópico: Espécie que convive com humanos sem domesticação.

BG: Boletim Geral; ato normativo interno do CBMDF.

BI Corporativo: Painéis internos de dados (intranet) do CBMDF.

BPMA/PMDF: Batalhão de Polícia Militar Ambiental.

Caixa de transporte: Contêiner ventilado dimensionado por porte e grupo.

Cambão: Bastão com laço para contenção de animais de médio porte.

CBMDF: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

CETAS: Centro de Triagem de Animais Silvestres.

COCB: Centro de Operações do CBMDF.

COMAR I: Comando de Área I do CBMDF.

COMOP: Comando Operacional do CBMDF.

EPI: Equipamento de Proteção Individual como luvas, óculos, perneiras e botas.

Espécie exótica/não nativa: Espécie fora de sua distribuição natural.

FJZB: Fundação Jardim Zoológico de Brasília.

Gancho de serpentes: Suporte curvo para sustentar e posicionar ofídios.

GPRAM: Grupamento de Proteção Ambiental do CBMDF.

Hefesto: Sistema corporativo de registro e gestão de ocorrências no CBMDF.

HFAUS: Hospital Veterinário de Animais Silvestres (IBRAM).

HVET/UnB: Hospital Veterinário da Universidade de Brasília.

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBRAM: Instituto Brasília Ambiental (GDF).

Manejo de fauna: Ações técnicas para reduzir risco e garantir bem-estar animal.

Pinça de serpentes: Ferramenta tipo 'tongs' para manejar ofídios à distância.

POP: Procedimento Operacional Padrão.

Puçá: Rede em aro para captura de aves e pequenos mamíferos.

RA: Região Administrativa do Distrito Federal.

Reabilitação: Recuperação clínica e comportamental até aptidão à soltura.

Rede de arremesso: Dispositivo para captura rápida em área aberta.

Resgate de fauna: Retirada assistida de animal em risco com posterior destinação.

SECOM: Seção de Comunicações; canaliza despachos e acionamentos.

SINESP-CAD: Sistema de atendimento e despacho de ocorrências do Ministério da Justiça

Soltura: Devolução do animal ao ambiente em local adequado.

Tempo total de atuação: Duração do atendimento incluindo deslocamentos.

Uniforme florestal / 3º A: Designação de uniformes habituais do CBMDF.

APÊNDICE A – PROJETO PILOTO DE RESGATE DE FAUNA VERTEBRADA SILVESTRE, BOLETIM GERAL 144 DE 2025

1- COMPOSIÇÃO DOS MEIOS

Órgãos e Setoriais do CBMDF envolvidos no projeto:

- 13º GBM - Grupamento de Bombeiro Militar;
- COCB - Central de Operações e Comunicações Bombeiro Militar;
- GPRAM - Grupamento de Proteção Ambiental;
- COMAR I - Comando de Área I;
- COMOP - Comando Operacional.

2- RESUMO DO PROJETO

O presente Projeto Piloto tem como objetivo testar a capacidade do CBMDF de realizar, de forma sistematizada, o atendimento a ocorrências envolvendo fauna vertebrada silvestre no Distrito Federal. A iniciativa será executada pelo 13º Grupamento de Bombeiro Militar, durante o período seco do ano de 2025, abrangendo todo o território distrital.

A proposta busca verificar a efetividade da resposta operacional, os riscos envolvidos, a adequação do efetivo e dos materiais empregados, e colher dados que subsidiem decisões institucionais quanto à formalização do serviço no futuro.

3- INTRODUÇÃO

Durante o período seco, o aumento expressivo de incêndios florestais no Distrito Federal provoca impactos relevantes na fauna silvestre, seja por ferimentos diretos, seja pelo deslocamento dos animais para áreas urbanas em busca de abrigo ou alimento.

O CBMDF, com expertise consolidada em resgates e emergências ambientais, passará a atuar de forma organizada e estruturada nesse tipo de demanda. Este projeto piloto representa um passo estratégico na consolidação da atuação do Corpo de Bombeiros como agente relevante também na proteção da fauna local, em articulação com outros órgãos ambientais e instituições públicas.

4- VIGÊNCIA

O projeto será executado de 1º de agosto a 31 de outubro de 2025, abrangendo o período seco do Distrito Federal.

5- RECURSOS

Será utilizada uma viatura do tipo AR ou ARF, dotada dos seguintes materiais mínimos para atendimento às ocorrências de resgate de fauna silvestre:

- 4 pares de luvas de raspa de couro;
- 2 ganchos para serpentes;

- 1 pinção para serpentes;
- 1 pinção para captura de mamíferos;
- 1 cambão/laço de Lutz (ou pau-de-couro);
- 1 puçá;
- 2 redes de captura de animais;
- 5 caixas de transporte de animais;
- 1 maca de tecido.

Durante a vigência deste Projeto Piloto, todas as unidades multiemprego deverão manter à disposição do 13º GBM os materiais e equipamentos que possam ser utilizados nesse tipo de ocorrência. Caso haja necessidade de algum item pertencente a outra unidade, sua solicitação deverá ser realizada por meio de solicitação SEI, diretamente à unidade detentora do material.

6- UNIFORMES

Os militares responsáveis pela execução do projeto utilizarão, conforme a natureza da ocorrência, os seguintes uniformes: EPI de combate a incêndio florestal ou uniforme 3º A. O uso de capa de chuva está autorizado conforme necessidade operacional.

7- EFETIVO

As guarnições empregadas nas ocorrências de resgate de fauna silvestre serão compostas, no mínimo, por dois militares da qualificação QBMG-1 e um militar QBMG-2, podendo haver reforço conforme avaliação da ocorrência.

8- EXECUÇÃO E ATRIBUIÇÕES

DIREÇÃO DO PROJETO

Fica designado a Comandante do 13º GBM como diretora do projeto piloto, responsável por seu acompanhamento, supervisão e encaminhamento do relatório final ao COMOP.

GESTÃO OPERACIONAL

Os gestores operacionais do projeto serão:

Capitão Fábio Eduardo (matrícula 1002542)

2º Tenente Macário (matrícula 1053857)

Responsáveis pelo suporte técnico-operacional às guarnições envolvidas, observando as diretrizes do projeto e monitorando o seu desempenho diário.

9- ATRIBUIÇÕES DOS SETORIAIS

-13º GBM: A execução do projeto ficará sob a responsabilidade do 13º GBM,

unidade que possuirá a guarnição especializada para execução dos resgates de fauna silvestre vertebrada procedendo com o manejo correto e transporte adequado dos animais. Esta unidade centralizará os atendimentos e será responsável preenchimento de formulário eletrônico (*Forms*) ao final de cada ocorrência, com intuito de subsidiar o relatório final do projeto.

-COCB: A COCB manterá a coordenação centralizada das ocorrências, sendo responsável pela triagem inicial das demandas recebidas pelo número 193. Após filtragem preliminar, todas as ocorrências relacionadas a animais silvestres vertebrados deverão ser registradas e despachadas passando pelo sistema Hefesto e chegando ao Grupamento de Bombeiro Militar mais próximo do local da ocorrência.

Compete ainda à COCB supervisionar o correto seguimento do fluxo de atendimento, garantindo que:

Todas as ocorrências sejam despachadas inicialmente ao GBM territorialmente responsável;

O acionamento do 13º GBM ocorra apenas após confirmação *in loco* da necessidade de resgate especializado;

Intervir em situações excepcionais que demandem realocação de recursos, mantendo o COMOP informado;

Serão atendidos somente animais vertebrados silvestres nativos tais quais mostrados nos quadros abaixo:

Grupo	Nome Comum	Nome Científico	Ordem
AVES	Arara Canindé	<i>Ara ararauna</i>	Psittaciformes
	Bacurau	<i>Nyctidromus albicollis</i>	Caprimulgiformes
	Beija-flor	<i>Florisuga fusca</i>	Apodiformes
	Coruja Buraqueira	<i>Athene cunicularia</i>	Strigiformes
	Coruja Caburé	<i>Glaucidium brasilianum</i>	Strigiformes
	Coruja	—	—
	Garça Branca	<i>Ardea alba</i>	Pelecaniformes
	Gavião	—	—
	Carcará	<i>Caracara plancus</i>	Falconiformes
	Papagaio	—	Psittaciformes
	Perdiz	<i>Rhynchotus rufescens</i>	Tinamiformes
	Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>	Charadriiformes
	Seriema	<i>Cariama cristata</i>	Cariamiformes
	Tucano	<i>Ramphastos toco</i>	Piciformes
	Urubu	<i>Coragyps atratus</i>	Cathartiformes
	Urutau	<i>Nyctibius griseus</i>	Nyctibiiformes

Grupo	Nome Comum	Nome Científico	Ordem
MAMÍFEROS	Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	Perissodactyla
	Bicho-preguiça	<i>Bradypus variegatus</i>	Pilosa
	Cachorro-do-mato	<i>Cerdocyon thous</i>	Carnivora
	Cangambá	<i>Mephitis mephitis</i>	Carnivora
	Capivara	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	Rodentia
	Catitu	<i>Pecari tajacu</i>	Artiodactyla
	Cuíca verdadeiro	<i>Philander opossum</i>	Didelphimorphia
	Cutia	<i>Dasyprocta leporina</i>	Rodentia
	Gato-do-mato	<i>Leopardus tigrinus</i>	Carnivora
	Guaxinim	<i>Procyon cancrivorus</i>	Carnivora
	Jaguarundi	<i>Puma yagouaroundi</i>	Carnivora
	Jaguatirica	<i>Leopardus pardalis</i>	Carnivora
	Lobo-guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Carnivora
	Lontra	<i>Lontra longicaudis</i>	Carnivora
	Macaco Bugio/Guariba	<i>Alouatta guariba</i>	Primates
	Macaco-prego	<i>Sapajus sp.</i>	Primates
	Macaco Sagui/Mico-estrela	<i>Callithrix sp.</i>	Primates
	Morcego	—	Chiroptera
	Onça	<i>Panthera onca</i>	Carnivora
	Porco-espinho	<i>Coendou prehensilis</i>	Rodentia
	Quati	<i>Nasua nasua</i>	Carnivora
	Raposa	<i>Lycalopex vetulus</i>	Carnivora
	Saruê	<i>Didelphis albiventris</i>	Didelphimorphia
	Suçuarana	<i>Puma concolor</i>	Carnivora
	Tamanduá-bandeira	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Pilosa
	Tamanduá-mirim	<i>Tamandua tetradactyla</i>	Pilosa
	Tatu-bola	<i>Tolypeutes tricinctus</i>	Cingulata
	Tatu-canastra	<i>Priodontes maximus</i>	Cingulata
	Tatu de rabo mole	<i>Cabassous unicinctus</i>	Cingulata
	Tatu-galinha	<i>Dasyus novemcinctus</i>	Cingulata
	Tatu-peba	<i>Euphractus sexcinctus</i>	Cingulata
	Veado-campeiro	<i>Ozotoceros bezoarticus</i>	Artiodactyla
	Veado-catingueiro	<i>Mazama gouazoubira</i>	Artiodactyla

Grupo	Nome Comum	Nome Científico	Ordem
RÉPTEIS	Cágado	—	Testudines
	Calango	—	Squamata
	Iguana	<i>Iguana iguana</i>	Squamata
	Jabuti	<i>Chelonoidis carbonaria</i>	Testudines
	Jacaré	—	Crocodylia
	Serpente	—	Squamata
	Serpente Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>	Squamata
	Serpente Jiboia	<i>Boa constrictor</i>	Squamata
	Serpente Jararaca	<i>Bothrops sp.</i>	Squamata
	Teiú	<i>Tupinambis merianae</i>	Squamata

Ressalta-se que animais domésticos não integram o rol de espécies atendidas por este Projeto Piloto. Isso se alinha à previsão da Lei nº5.321, de 6 de março de 2014, que estabelece as responsabilidades de apreensão, guarda e registro desses animais, atribuindo tais ações a órgãos diversos do CBMDF. A definição prática de animal doméstico no contexto do DF está consolidada no Decreto nº19.988, de 30 de dezembro de 1998, que regulamenta a Lei Distrital nº2.095/1998 (Código de Saúde do DF). O decreto trata explicitamente de cães, gatos, equinos, asininos e muares, definindo atribuições específicas aos órgãos competentes.

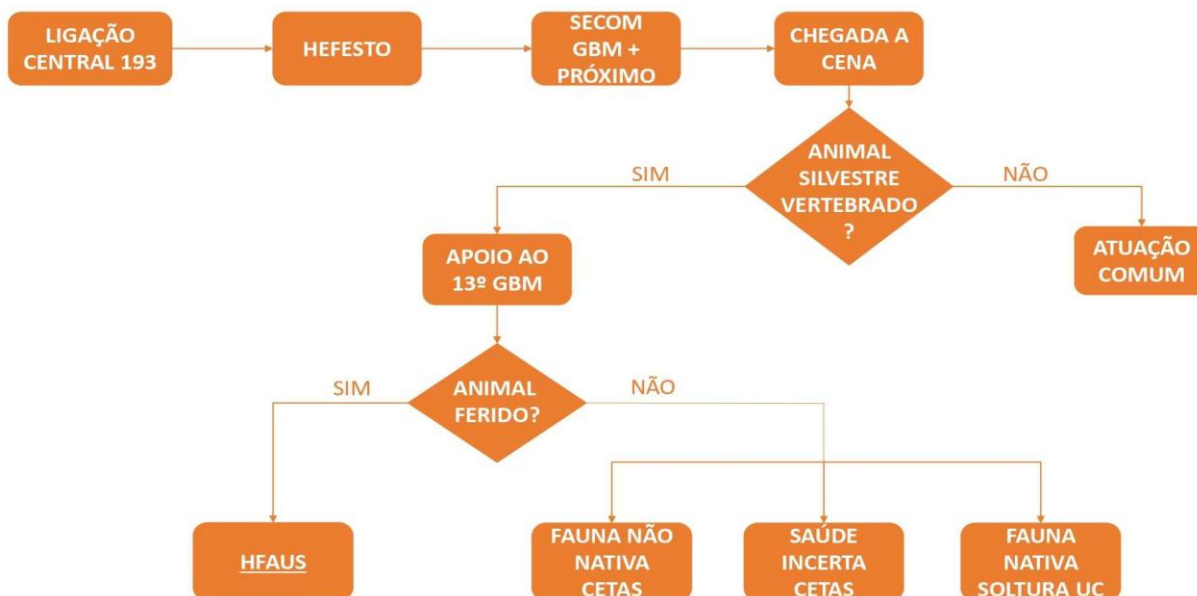
Com base nessas normas, considera-se como animais domésticos os seguintes grupos, mas não se restringindo apenas a esses exemplos:

Cães, Gatos, Cavalos, Bovinos, Suínos e Aves domésticas.

-SECOM GBMs: Compete à SECOM de cada Grupamento:

- Receber as ocorrências relacionadas a animais silvestres vertebrados encaminhadas pela COCB;
- Realizar o envio de viatura para averiguação da cena;
- Solicitar apoio do 13º GBM pelo sistema SINESP-CAD em todos os casos que se confirmarem serem ocorrências envolvendo Animais Silvestres Vertebrados;
- Não acionar o 13º GBM para ocorrências que envolvam outros tipos de animais;
- Entrar em contato com o 13º GBM (ALFA-4) com detalhamento da ocorrência durante toda a ocorrência, incluindo, localização exata do local da ocorrência, breve descrição da situação no local e se possível fotos e vídeos da situação.

Essas ações visam a chegada rápida do recurso especializado e a disponibilidade dos itens e equipamentos necessários para o manejo do animal.



GPRAM: Acompanhar a execução do projeto, recebendo e avaliando o relatório final encaminhado pelo Diretor do projeto, e propor, com base nele, uma política institucional de atendimento a fauna silvestre.

CECOM: Solicita-se que se possível promova a divulgação interna e externa do projeto piloto, com o objetivo de informar aos militares da corporação e à população sobre a nova modalidade de atendimento pelo 13º GBM.

COMAR I: Garantir o bom andamento do projeto na sua área de responsabilidade, fiscalizando e garantindo que o 13º GBM tenha a os recursos disponíveis para o bom andamento do projeto, sem prejudicar o socorro ordinário da unidade, comunicando ao COMOP qualquer dificuldade relevante.

COMOP: Supervisionar a execução geral do projeto e emitir parecer técnico quanto à sua continuidade institucional.

10-RISCOS AO PROJETO

Foram identificados os seguintes fatores que podem comprometer a execução do projeto:

- Redução não planejada do efetivo do 13º GBM;
- Alta demanda de ocorrências simultâneas que inviabilize o deslocamento da viatura;
- Falta de reposição ou desgaste dos materiais de captura e transporte;
- Falta de conscientização interna ou externa sobre o funcionamento do projeto;
- Atrasos no repasse das ocorrências à unidade responsável.

APÊNDICE B - FORMULÁRIO PÓS-OCORRÊNCIA

O formulário eletrônico pós-ocorrência foi estruturado para registrar, de forma padronizada, todas as variáveis relevantes em cada atendimento realizado durante o Projeto Piloto. Os campos estavam organizados em seções sequenciais:

1. Identificação da ocorrência

- Número da ocorrência no SINESP-CAD.
- Região Administrativa de atendimento (lista suspensa com todas as RAs do DF).
- Endereço ou coordenada geográfica do local.
- Tipo de local onde o animal foi encontrado (urbano, rural, rodovia, unidade de conservação, outro).

2. Dados operacionais

- Tempo total de atuação da guarnição (em minutos, incluindo deslocamento).
- Número de militares envolvidos na ocorrência.

3. Características do animal

- Grupo taxonômico (ave, mamífero ou réptil).
- Espécie (lista pré-definida com opções mais recorrentes e campo “outro” para especificação).
- Estado de saúde no momento do resgate (aparentemente saudável, ferido, queimado, outro).

4. Destinação do animal

- Local de encaminhamento: CETAS/DF, HFAUS, HVet/UnB, Zoológico de Brasília (FJZB), soltura em unidade de conservação, PM-BPMA, ou outro.
- Em caso de soltura: coordenada geográfica do ponto de soltura.

5. Registro adicional

- Upload obrigatório de duas imagens do animal capturado.
- Campo de observações para comentários do militar responsável.

Esse formulário estruturou o componente quantitativo da pesquisa, permitindo tabulação estatística e análise comparativa entre as ocorrências.

Acessível pelo seguinte QR code:



APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PILOTO

O formulário de avaliação foi aplicado ao final do piloto a todos os militares do 13º GBM que participaram das ocorrências. O objetivo foi captar percepções qualitativas sobre a experiência. Os blocos de perguntas foram:

1. **Identificação básica**
 - Posto/graduação do respondente.
 - Número de ocorrências de fauna em que atuou durante o piloto.
2. **Treinamento recebido**
 - Escala Likert sobre a suficiência do treinamento teórico-prático.
 - Pergunta aberta sobre sugestões de melhoria do treinamento.
3. **Materiais e equipamentos**
 - Escala Likert sobre a adequação do kit de materiais e equipamentos disponibilizados.
 - Questão aberta sobre materiais faltantes ou necessários.
4. **Efetivo e segurança**
 - Escala Likert sobre a percepção de suficiência do efetivo mínimo empregado.
 - Escala Likert sobre a sensação de segurança durante os atendimentos.
5. **Fluxo e logística**
 - Pergunta fechada sobre a clareza do fluxo de atendimento estabelecido.
 - Campo aberto para indicar gargalos ou dificuldades percebidas no fluxo.
6. **Avaliação geral**
 - Pergunta sobre a efetividade geral do piloto.
 - Espaço para comentários finais e sugestões livres.

Esse instrumento constituiu a principal fonte de dados qualitativos, permitindo interpretar percepções da tropa sobre treinamento, recursos e efetividade do serviço

Acessível pelo seguinte QR code:

